

Diário do Legislativo de 26/08/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander Borges BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Delvito Alves DEM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS

Borges

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT
Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Domingos Sávio BSD
Deputado Doutor Rinaldo BPS
Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva
Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo
Deputado Ronaldo BSD
Magalhães
Deputado Sebastião BPS
Costa
Deputado Padre PT
João
Deputado Gilberto PMDB
Abramo
Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir Lucas BSD
Deputado Délio Malheiros BPS
Deputado Célio Moreira BSD
Deputado Neider Moreira BPS
Deputado André Quintão PT
Deputado Antônio Júlio PMDB
Deputado Gustavo Valadares DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso BPS

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Vanderlei Miranda PMDB

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente

Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia Brandão BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente
Muniz

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela Reis BPS

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo Moreira DEM

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio Malheiros BPS

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Rêmolo BSD
Aloise

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Ronaldo Magalhães BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander Borges BPS

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Adalclever Lopes PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputada Cecília Ferramenta PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca Ferreira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Rêmolô Aloise BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião Costa BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Rosângela Reis

Deputado Walter BSD Vice-Presidente
Tosta

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo Magalhães BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Rêmoló BSD
Aloise

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Juarez Távora BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Jr.

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputada Cecília Ferramenta PT

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Padre PT
João

Deputado Gil DEM
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Antônio Júlio	PMDB
Deputado Durval Ângelo	PT
Deputado Dimas Fabiano	DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 29ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Comemorar o Dia do Maçom

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATA

ATA DA 29ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/8/2009

Presidência do Deputado Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Domingos Sávio - Entrega de placas - Palavras do Sr. Janir Adir Moreira - Palavras do Sr. Amintas de Araújo Xavier - Palavras do Sr. Hédison Damasceno - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ademir Lucas - Domingos Sávio - Gil Pereira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a comemorar o Dia do Maçom.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Amintas de Araújo Xavier, Eminente Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais; Hédison Damasceno, Soberano Grão-Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais; Janir Adir Moreira, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; e Deputado Domingos Sávio, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelos músicos Sgt. Santana, no saxofone, e Sgt. Lázaro, na guitarra, integrantes da Bombeiros Instrumental Orquestra Show - Bios.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Domingos Sávio

Exmo. Sr. Presidente desta sessão legislativa que se propõe a homenagear a maçonaria de todo o Estado, meu prezado amigo Deputado Gil Pereira, que representa nosso querido Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho; Sereníssimo irmão Amintas de Araújo Xavier, Eminente Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais -; Sereníssimo irmão Hédison Damasceno, Soberano Grão-Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais; meu querido irmão Janir Adir Moreira, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; e meus queridos irmãos; não nominarei, de forma individual ou destacada, nenhum dos queridos e poderosos irmãos, porque a fraternidade que nos une é igualmente forte e valorosa, colocando todos na mesma condição. Da mesma forma, quero também me dirigir às cunhadas e aos sobrinhos e a todos os cidadãos e as cidadãs de Minas Gerais, que nos acompanham neste momento solene, na Casa do povo mineiro, pela TV Assembleia. De pronto, quero cumprimentar e agradecer a presença da banda do nosso glorioso Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, mais uma vez, tomado de emoção pelas presenças que nos honram neste Plenário repleto de lideranças de várias partes das nossas Minas Gerais, quero me dirigir aos irmãos de ordem e ao povo mineiro para "celebrarmos" - a palavra apropriada - mais que homenagearmos o dia 20 de agosto como o Dia Nacional da Maçonaria. Quero destacar que essa iniciativa tem também o apoio e a propositura inicial do irmão Juninho Araújo, Deputado Estadual desta Casa, que me pede que o represente, porque, no último momento, por motivo de força maior, foi chamado a responder a uma situação familiar inadiável, mas que, com certeza, gostaria muito de estar aqui conosco. Da mesma forma registro que essa propositura teve acolhida unânime da Casa. Tivemos, no requerimento encaminhado ao Presidente da Casa, a assinatura de praticamente todos os Deputados, não de todos, porque nem todos estavam presentes no momento da propositura. Uma iniciativa dessa natureza tramita na Casa por comissões, é lida em Plenário, até que seja aprovada. Nesse ínterim, posso assegurar que a unanimidade da Casa acolheu, com entusiasmo, essa homenagem. Prefiro dizer que é o momento de celebração pela presença da maçonaria na vida do povo mineiro e uma oportunidade de refletirmos sobre a história da maçonaria não só em Minas mas também no Brasil e no mundo.

Pela natureza dessa ordem, não nos prendemos ou não nos fixamos na história, nós a respeitamos e a louvamos como estímulo, como alicerce da construção que desejamos fazer de um mundo melhor. Dentro dos nossos princípios de elevarmos templos às virtudes e de cavarmos masmorras aos vícios, com certeza a história é referência fundamental, é alicerce, é base, mas, acima de tudo, temos, mais que nunca, a convicção de que maçonaria se faz de presença, de presente e de construção de um futuro melhor. Uma reunião dessa natureza tem também esse propósito reflexivo sobre o presente e o futuro do nosso Estado e do País. Não seria eu a pessoa indicada, perante tantos mestres, tantos irmãos mais doutos, mais estudiosos, para fazer aqui uma análise histórica. A título apenas de reflexão, para aqueles que nos acompanham e que, muitas vezes, de forma equivocada, imaginam que a maçonaria seria uma ordem secreta, restrita a alguns interesses internos, é absolutamente imperioso e oportuno, num momento como este, destacar que podemos até admitir um adjetivo de pronúncia próxima de "secreta", mas distinto, pois consideramos nossa ordem discreta, numa relação respeitosa com toda a organização social, mas movida por propósitos que vão além das paredes dos templos.

Embora, de forma discreta, sem ficar chamando a si, a cada momento, o mérito das obras que faz, a maçonaria, ao longo da história da humanidade, marca com contribuições indelévels, marca com contribuições transformadoras, em especial a maneira de organização dos povos e de busca da evolução do ser humano, em eventos que não apenas transformaram, de forma direta, a vida dos cidadãos aos quais foram dirigidos mas também se constituíram em marcos da história da humanidade, como a Revolução Francesa, que nos delegou ou na qual, de certa forma, muitas vezes se atribui que tenha passado a maçonaria, a tríade liberdade, igualdade e fraternidade.

Os verdadeiros conhecedores da história bem sabem que essa tríade ali se impetrou e se tornou referência basilar daquele movimento, dada a presença milenar da maçonaria, que promoveu toda aquela forma de organização e libertação do povo francês, com repercussão em toda a história da Europa, das Américas, alcançando até mesmo o Oriente.

Da mesma maneira, o Continente americano, em toda a sua extensão, da América do Norte aos mais longínquos rincões da América do Sul, teve, na presença da maçonaria, o movimento libertador, alcançando todos os povos, com destaque para a nossa terra pátria, com o movimento dos inconfindentes, liderado pelo nosso irmão maçônico, Joaquim José da Silva Xavier, o Alferes Tiradentes.

Eu poderia citar uma série de momentos históricos da maçonaria na vida da humanidade, mas isso só faria sentido para aqueles cidadãos que não conhecem a vida interna dessa ordem, já que, para os irmãos, estou sendo literalmente repetitivo. Neste momento, além dos visitantes que nos honram com sua presença, temos, meus queridos irmãos, a oportunidade de ser ouvidos por mais de 50% das cidades mineiras, por mais de 400 Municípios mineiros. Estamos sendo ouvidos por milhões de mineiros e, nesta oportunidade, não podemos permitir que uma reunião como esta pareça um mero gesto de ufanismo ou uma mera ação interna de homenagem. É mais que isso, é a oportunidade que temos de celebrar uma história constituída de lutas, que, no presente, que é o que nos interessa, consolida-se em Minas, no Brasil e no mundo, como uma ordem presente na vida das cidades e dos Municípios.

Estou-me referindo a algo tão valioso quanto a Revolução Francesa, a Inconfidência Mineira, a Proclamação da República e a libertação dos escravos no Brasil, que são atos que contaram com a presença decisiva da maçonaria. Quero falar de um presente significativo como este, como um Deputado que hoje tem a graça de poder atuar em cerca de 100 Municípios de maneira direta, embora tendo sempre a consciência de que o meu dever alcança os nossos 853 Municípios.

Vejo aqui o irmão Hélio, do nosso Oriente de Bom Sucesso. Então eu me lembrava, ao mirar esse irmão que está logo a minha frente, e assim também posso fazê-lo com vários outros, exemplificando, que, há pouco tempo, ele veio até aqui com os veneráveis irmãos daquele Oriente, para nos falar que o hospital da sua cidade passava por dificuldades. E a maçonaria assumiu o papel de fazer o saneamento financeiro necessário. Ele veio buscar a ajuda de um irmão. Assim ocorre no Hospital do Câncer, em Divinópolis, e em inúmeras Apaes, creches, asilos e instituições das mais diversas, sem nenhuma coloração partidária, sem nenhuma vinculação de natureza religiosa ou política. O compromisso é único: fazer o bem, elevar templos às virtudes. Tenho a felicidade de testemunhar esse compromisso há mais de 15 anos, pois tive a alegria de ingressar na maçonaria e conhecer um pouco da sua sabedoria antes mesmo de me enveredar pelos cargos públicos. Não busquei a maçonaria como um trampolim ou como uma forma de alcançar politicamente quem quer que seja, porque ela não se presta a isso, não tem coloração partidária, e é bom que seja assim. Entretanto ela tem compromisso político no sentido de buscar a participação de cada cidadão nos destinos do seu Município, Estado ou país, já que tem como um dos seus princípios basilares o compromisso com a pátria. E seria palavra vã dizer compromisso com a pátria, sem ter compromisso com sua gente, com os que sofrem mais, procurando combater as desigualdades sociais. A maçonaria, quando diz elevar templos às virtudes e cavar masmorras aos vícios, tem uma opção clara pela liberdade, pela democracia e pelo

combate aos déspotas, às práticas autoritárias, e isso é política no sentido mais elevado. Isso me encantou nessa ordem e isso me motiva, meus sereníssimos Grão-Mestres. É bom que se esclareça aos que nos acompanham que, em Minas, temos o privilégio de ter três obediências ou três organizações da mesma maçonaria universal, com uma harmonia que nos permite nos dirigir aos três como sereníssimos. Nessa harmonia serena, convivemos como uma única ordem, com o mesmo propósito: sermos firmes na defesa de uma organização social mais justa e fraterna. Portanto, como dizia, sereníssimos Grão-Mestres, essa é a razão que me move, a cada ano, a propor uma sessão solene de homenagem para louvarmos a existência da maçonaria em Minas Gerais e congratularmo-nos com ela. Estamos com os olhos voltados para o futuro e com os alicerces na nossa história, para termos uma impulsão que nos leve adiante, para o alto, para a frente. Vivemos um presente bem ao lado do povo, das comunidades em que atuamos, mas com os olhos voltados para um futuro desafiador, num país em que - costume dizer - a democracia ainda está engatinhando, ainda é muito oral, ainda é como uma criança que, para perceber as coisas, quer levar tudo à boca. A democracia oral a que me refiro é a democracia de um país onde podemos tudo verbalmente: criticar o Presidente, o Deputado, o Prefeito, ou dizer que não concordamos, entretanto temos muito poucos instrumentos de ação para promover a justiça social. Temos ainda uma sociedade extremamente desigual, com níveis de oportunidades absurdamente injustos e desumanos. Nela, as próprias organizações e instituições ainda não se aperceberam do grau de responsabilidade que possuem. No momento, deparamo-nos com debates de baixíssimo nível nas casas maiores que representam nossa organização social e política. É, portanto, uma democracia que existe, mas que reclama de todos nós atitudes concretas para acompanhar cada um que elegemos não apenas para ser Presidente da República, Governador ou Deputado, mas também para ser o síndico, o Vereador, o Presidente da associação do bairro, a família que constituímos, o filho que temos. O exercício de democracia começa em casa, na discussão da responsabilidade mútua para construir um mundo melhor.

São princípios presentes na vida do maçonaria, porque é também dos nossos fundamentos basilares buscar a evolução do homem. Como pode o homem buscar a evolução se ele não conhece a si mesmo, se não conhece o seu próximo, se não assume responsabilidades? E é nessa sociedade desafiadora que a maçonaria tem a oportunidade de atuar. Temos pela frente uma verdadeira Revolução Francesa, uma verdadeira Inconfidência Mineira, mas temos bases, muitos alferes e uma estrutura organizada. A maçonaria precisa, mais do que nunca, mostrar sua cara, sair das quatro paredes e dizer: "Queremos um Brasil melhor, uma Minas Gerais mais justa, um combate duro à corrupção. Queremos acompanhar cada um que elegemos e não aceitamos mais tapinha nas costas como retribuição, queremos atitude e coerência maçônica daqueles que nos representam". Portanto, com esse estímulo, termino minhas palavras dizendo: orgulha-me muito, há quase duas décadas, frequentar as fileiras de uma ordem que procura e se esforça para ser exemplar. Mais do que nunca, motiva-me muito organizar uma reunião como esta para dizer para Minas e para o Brasil que nós, maçons, estamos vivos, ativos e dispostos a dar a nossa contribuição por um Estado, por um Brasil, por um mundo melhor. Parabéns, maçonaria, parabéns, Grande Oriente do Brasil - Seção de Minas Gerais -, parabéns, Grande Oriente de Minas Gerais, parabéns, grandes lojas maçônicas e parabéns, cada irmão que acredita que vale a pena elevar templo às virtudes e cavar masmorras aos vícios, tendo como luz, como referência o grande arquiteto do universo, que é Deus. Não há maçonaria sem Deus, como não há vida maçônica sem fraternidade. Agradeço aos irmãos que aqui vieram ou que nos acompanharam.

Entrega de Placas

O locutor - Neste momento, o Deputado Gil Pereira, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega aos Srs. Janir Adir Moreira, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Hédison Damasceno, Soberano Grão-Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais; e Amintas de Araújo Xavier, Eminentíssimo Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais, de placas alusivas a esta homenagem. As placas contêm os seguintes dizeres: "A conquista do autoconhecimento como caminho para alcançar a verdade e a liberdade pertence à essência da maçonaria em todo o mundo. Mas a motivação maior da ação de seus membros - a fraternidade - hoje se amplia com a defesa de uma mais justa distribuição das riquezas pessoais e nacionais como condição indispensável para a felicidade coletiva".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Domingos Sávio, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, para fazer conosco a entrega das placas.

- Procede-se à entrega das placas.

Palavras do Sr. Janir Adir Moreira

Exmos. Deputados Gil Pereira, representando o ilustre Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Domingos Sávio, coautor do requerimento que deu origem a esta solenidade; irmão Amintas de Araújo Xavier, Eminentíssimo Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais; irmão Hédison Damasceno, Soberano Grão-Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais; queridos irmãos presentes nesta reunião; minhas senhoras e meus senhores; ilustres componentes da Banda do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; ilustres irmãos e familiares que nos assistem em todos os rincões de Minas pela TV Assembleia; minhas senhoras e meus senhores; é com incontida alegria que recebemos a manifestação de carinho dos ilustres representantes do povo de Minas Gerais, legitimamente congregados nesta Casa, que é de todos nós e de onde se originam os nossos códigos de conduta e de comportamento e as nossas leis maiores do Estado por meio das quais é possível estabelecer-se a organização social e a arrecadação do Estado, assim como a distribuição da renda aos nossos conterrâneos. Sentimo-nos encorajados, queridos irmãos, em afirmar que, ao se engrandecerem os homens, apequenam-se as dificuldades. Este é o momento especial para enaltecermos as expressivas realizações da maçonaria. Para economia de tempo, vamo-nos abster de falar sobre cada uma delas, eis que o ilustre Deputado, coautor do requerimento, aqui já fez um resumo muito importante que deu a todos a ideia exatamente dos princípios fundamentais da ordem e de suas realizações.

Nesta Casa, que representa a mais viva expressão das práticas democráticas, ardorosamente defendidas pela maçonaria no curso da história, mais uma vez, sentimo-nos honrados com as homenagens que são dirigidas à nossa instituição. A maçonaria, em seus princípios básicos, sempre buscou caminhos que viabilizem o bem-estar social e edifiquem uma sociedade mais justa, igualitária, ética, fraterna e democrática, enfim, que representem o grande objetivo dos seres humanos que procuram, no decorrer da vida, diminuir os conflitos sociais e, conseqüentemente, atender os interesses da coletividade. Conquistas foram muitas, meus queridos irmãos e amigos, mas dormir sobre os louros da vitória, não nos parece ser uma atitude que possa proteger alguém contra a incerteza do futuro. Já dizia Sócrates, pelas palavras de Platão, que os deuses aos homens tudo perdoam, menos a omissão. E a maçonaria, que nunca se omitiu diante dos desafios que lhe foram impostos pelas condições sociais em todo o planeta, no presente também continua com esse mesmo objetivo e com um trabalho diuturno visando à estruturação e à reestruturação das organizações sociais, ao bem-estar do cidadão como um todo, enfim, buscando os grandes objetivos de aperfeiçoamento do homem, que é o postulado maior da instituição; o homem aperfeiçoar-se para, aperfeiçoado, poder servir. A maçonaria, portanto, ilustres irmãos e amigos aqui presentes e que nos assistem em toda a Minas Gerais, ao selecionar os seus membros, busca exatamente aqueles que reúnam as condições para a prática constante da defesa dos princípios morais e éticos. E, acima de tudo, aqueles que possam, por meio de suas ações, contribuir para o alcance desses objetivos. Somos incansáveis nessa perseguição de objetivos. A nós, como dirigentes da instituição, é reservada a grande responsabilidade da condução de seus destinos, incentivando os nossos irmãos à defesa intransigente dos valores que procuramos desvendar.

Certamente é hora de, mais uma vez, bradarmos o grito de Minas, o grito pela liberdade e pela restauração dos valores morais e éticos da sociedade brasileira. Temos a convicção de que os ilustres Deputados que compõem esta Casa do povo somam-se conosco na busca desses ideais, o que faz com que a maçonaria possa engrandecer-se de ter como parceira, nas suas empreitadas, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, assim como o governo de Minas, que, com seriedade, tem conduzido o nosso Estado para portos mais seguros e tranquilos. Isso faz com que nós, mineiros, possamos nos orgulhar da estruturação político-social que temos em nosso país. Estão todos de parabéns.

Vivemos momentos, meus queridos amigos, de absoluta carência de ética e moral no comportamento social. É exatamente para contrapor a

essa degradação que tanto mal faz aos povos que deveremos unir forças no combate incessante àqueles que são destituídos desses valores e que, muitas vezes, organizam-se para o mal e para o prejuízo de toda a nação brasileira, pois a harmonia entre os seres e o crescimento de qualquer instituição somente se viabiliza quando as ações dos que a dirigem são pautadas no limite do comportamento ético e impregnadas de honestidade e propósitos sadios. Ainda mais quando podem esses dirigentes contar com a compreensão, o apoio e a parceria de dirigentes outros de instituições congêneres que se somam à maçonaria nessa empreitada.

Portanto, nós que dirigimos as três Obediências Maçônicas de Minas sentimos orgulho de poder contar com as instituições da sociedade organizada de Minas, da iniciativa privada e do governo de Minas Gerais.

Com vistas ao alcance desses objetivos, no mês passado, participamos, em Brasília, do movimento nacional pela restauração dos princípios éticos da sociedade, através do "Fórum Nacional - Ética e Cidadania na Sociedade Brasileira", realizado na Câmara Federal, que contou com a adesão de importantes entidades representativas, entre elas, o Conselho Federal da OAB, o Rotary Internacional, Lions Clubes, a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB -, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - Conamb -, a União Nacional dos Legislativos Estaduais - Unale -, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - e o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil - Conic -, entre outros.

Naquela sessão de abertura, tivemos a alegria de sentir que a união dessas entidades será capaz de conscientizar a sociedade brasileira para a urgente necessidade de restauração desses valores. Cabe-nos, agora, já que estamos em campo, dentro de nossas instituições, incentivar os nossos irmãos para, conosco, nesta grande empreitada, ajudar-nos nesse trabalho de conscientização. Igualmente ocorreu em Goiânia, no mês de julho, a realização da Assembleia Geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, onde nos reunimos, os 27 Grão-Mestres das Grandes Lojas brasileiras. A tônica de toda discussão foi exatamente a restauração dos valores morais e éticos e o combate intransigente à corrupção que caminha a passos largos em nossa nação. É o momento de reverenciarmos, portanto, essa maravilhosa Ordem Universal Maçônica, constituída por homens de todas as raças e nacionalidades, acolhidos por iniciação e congregados em Lojas, nas quais, auxiliados por símbolos e alegorias, estudam e trabalham para o aperfeiçoamento da sociedade brasileira.

Nesta oportunidade, agradecemos ao ilustre Deputado e querido irmão Domingos Sávio a indicação desta reunião, e ao irmão Juninho Araújo, coautor do requerimento, os exemplos de grandes realizações que vemos nas suas respectivas atuações parlamentares. A convivência, há anos, com o Deputado Domingos Sávio nos faz crer que a prática das boas virtudes e o interesse pelas causas comuns do povo mineiro são capazes de promover grandes realizações. E o Deputado tem promovido essas realizações. Ele é um exemplo de cidadão, de homem, de político, e, acima de tudo, exemplo para a maçonaria, que tem orgulho da prática e dos postulados que prega diuturnamente.

Na administração da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, temos, como linha básica de ação, o estreitamento de nossas relações institucionais com os órgãos da sociedade organizada nas áreas pública e privada, sendo indiscutível que, todas as vezes em que nos aproximamos de outras organizações que têm interesses comuns, nós nos fortalecemos. Apenas a união é capaz de multiplicar as nossas ações e as nossas instituições. É com a união que nos sentimos cada vez mais fortes. Agradecemos, nesta oportunidade, ao povo de Minas Gerais, que tem contribuído para que esse trabalho se realize. Agradecemos aos irmãos das Três Obediências que, espalhados por todos os rincões deste Estado, diuturnamente, buscam a satisfação dos interesses de suas respectivas comunidades, levando os preceitos maçônicos, defendendo os interesses em todas as áreas que afetam o povo de cada localidade. Os líderes da maçonaria, os veneráveis, os delegados, os grão-mestres e, assim, sucessivamente, todos que ocupam posições até aqueles que acabam de ingressar na ordem, em uma grande força de união, serão capazes de realizar mudanças. Nós os convocamos para a grande empreitada de restabelecimento dos princípios morais e éticos da sociedade brasileira.

Também não poderíamos deixar passar esta oportunidade sem registrar para o povo de Minas nossa admiração pelo trabalho desenvolvido pelo governo, por meio do nosso ilustre Governador, Dr. Aécio Neves, em quem depositamos nossa confiança em dias melhores para a Nação brasileira. Parabéns ao governo de Minas, parabéns à Assembleia e ao povo mineiro, pois, por nossas tradições, podemos dizer que este Estado tem preservado, apesar das tempestuosas situações brasileiras, em todas as circunstâncias, a ética, a moral e o grande interesse de crescermos, e nós queremos crescer.

Particularmente, nós, os maçons, queremos olhar nos olhos de nossos irmãos no futuro e ver estampada a alegria de saber que são corresponsáveis por um grande trabalho de reconhecimento dos valores que todos, a cada dia, buscamos preservar. Muito obrigado a todos. No próximo ano, com certeza, estaremos nesta Assembleia para outras homenagens. Há anos esta Casa tem demonstrado sensibilidade para com a nossa instituição. Como dizia o ilustre Deputado Domingos Sávio, não seria uma homenagem, mas um conagração. Esse conagração, com toda certeza, vai levar-nos a maiores realizações. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Amintas de Araújo Xavier

Exmo. Sr. Deputado Gil Pereira, nesta oportunidade representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, há pouco dizíamos ao Deputado Gil Pereira que os 65 anos de fundação do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais serão comemorados na cidade de Montes Claros. Irmão Janir Adir Moreira, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; irmão Héldison Damasceno, Soberano Grão-Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Domingos Sávio, coautor do requerimento que deu origem a esta solenidade e também Deputado na poderosa Assembleia Estadual Legislativa do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais; inicialmente, em nome do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais, agradeço a iniciativa do nosso irmão Domingos Sávio, do Deputado Juninho Araújo, que, contando com a aquiescência da maioria desta Casa, em votação na sessão, aprovaram o requerimento para que a maçonaria mineira fosse homenageada mais uma vez, como tem acontecido nos últimos anos.

Meus irmãos, hoje o clamor de indignação que varre o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, é sabidamente a crise do Senado. Algo de novo? Sabemos que não. Infelizmente, sempre há uma crise de plantão, e as apurações acabam em nada, para não usar o nome daquela iguaria italiana, bem ao gosto popular, que adjetiva o resultado das apurações desses escândalos. Ouvimos sempre com atenção as manifestações de repúdio ao problema vivido pelo Senado brasileiro quando visitamos as nossas lojas pelo interior de Minas e também na Capital. Como não poderia deixar de ser, solidarizamos-nos com esses protestos. O Grande Oriente do Brasil está engajado na campanha Ficha Limpa. Exortamos todos os maçons do nosso Estado a participarem desse movimento. A Suprema Congregação da Federação do Grande Oriente do Brasil, reunida em julho passado com todos os 27 Grão-Mestres que compõem a Federação do Grande Oriente do Brasil, discutiu dois temas de interesse nacional e outro que mereceu a atenção não só da comunidade maçônica do Grande Oriente do Brasil, mas de todas as instituições voltadas para o progresso da Nação: a educação como fator de desenvolvimento. Não se busca o desenvolvimento de nenhuma nação por meio da tecnologia, das pesquisas científicas, se não elegermos a educação como prioridade. Infelizmente, sabemos que a educação de boa qualidade, que permite aos nossos jovens ingressarem nas universidades federais, é alcançada em colégios caros, via de regra acessíveis a poucas pessoas. Até quando ficaremos restritos aos discursos de protesto e manifestaremos a nossa indignação apenas por meio de uma retórica surrada, que sabemos não surtiu nem surtirá o efeito que todos desejamos? Por mais persuasiva e coerente que seja a retórica, jamais alcançaremos nossos objetivos se não passarmos do discurso à ação. Qual ação nos cabe como maçons? Agirmos como formadores de opinião, buscando o melhor para o social ou a construção do futuro, como bem enfatizou o nosso irmão Deputado Domingos Sávio. Essa é a nossa responsabilidade. Entretanto, tal qual a retórica, a ação também não trará nenhum resultado se não agirmos no nosso meio profissional, social, familiar, etc. Precisamos da coerência dos nossos exemplos. É isso o que a sociedade espera de nós. Os nossos exemplos têm de andar de mãos dadas com os nossos discursos. A sociedade, principalmente nas comunidades interioranas, vigia-nos e espera de nós sempre algo de bom. Dentro da minha humilde ótica, penso que esse é um dos caminhos. Há outros caminhos? Com certeza sim, mas todos pedem só uma coisa: ação. A pergunta que deixo para a reflexão de todos os presentes, dos nossos irmãos, das nossas cunhadas, das nossas sobrinhas, dos

nossos sobrinhos, dos cidadãos que não pertencem à maçonaria, mas que igualmente esperam que o nosso progresso se inicie já: vamos agir? Boa-noite e muito obrigado.

Palavras do Sr. Hédison Damasceno

Exmo. Sr. Deputado Gil Pereira, representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; meu querido irmão Amintas de Araújo Xavier, eminente Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais -; querido irmão Janir Adir Moreira, sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Exmo. Deputado Domingos Sávio, coautor do requerimento que deu origem a esta solenidade; senhoras, senhores e meus queridos irmãos, antes de qualquer pronunciamento, quero cumprimentá-los pelo dia que hoje vivemos, o dia 20 de agosto, o Dia do Maçom, o nosso dia. Portanto, deixo aqui o abraço do Grande Oriente de Minas Gerais, das sereníssimas grandes lojas de Minas Gerais e do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais - a todos os maçons que aqui se encontram e àqueles que nos acompanham pela TV Assembleia.

Muito pouco me resta para falar aos queridos irmãos, já que os oradores que me antecederam, a começar pelo irmão Domingos Sávio e pelos demais Grão-Mestres que dirigem as obediências amigas, falaram muito bem. Entretanto, a maçonaria ainda tem outro lado, e há a necessidade de mostrá-lo. Ouvimos, com muita atenção, tudo aquilo que foi dito pelos irmãos que me antecederam nesta tribuna, mas é preciso falar um pouco mais forte e com maior veemência. Esta solenidade que anualmente revivemos, nesta Casa Legislativa, Casa do povo mineiro, por iniciativa dos nossos irmãos Deputados que tanto a dignificam, representa uma homenagem aos maçons e à maçonaria universal, que têm este dia como seu. É o reviver de um fato que marcou o destino da nossa pátria e abriu o caminho para a independência. As circunstâncias que a antecederam são por demais conhecidas. É sempre no passado que colhemos o material necessário à edificação do futuro. O que é a história se não a experiência do passado iluminada pela luz do presente e do futuro? A maçonaria, constituída por homens livres e de bons costumes, representa todos os segmentos sociais unidos em um ideal comum, sendo regida por princípios morais e éticos universalmente cimentados e consagrados.

Não sendo órgão de nenhum agrupamento político, religioso ou social, dedica-se ao estudo de todos os problemas que atormentam o homem, disseminando ideias de paz, de justiça, de fraternidade, sem distinção de raça, credo ou nacionalidade. Sem prejuízo de seus princípios básicos, a maçonaria, como instituição humana, sensível aos tempos e aos costumes, não poderia nem poderá ficar indiferente aos acontecimentos de nossa época, políticos e sociais, atuando dentro de seus padrões éticos.

Lutamos contra a crise política e social que estamos vivendo, diariamente divulgada pelos órgãos de comunicação, com repercussões vergonhosas, pondo à mostra um sistema de corrupção instalado em nosso país, ferindo de morte a ética e a moral. O destemor e a desfaçatez com que praticam tais ilegalidades levam-nos a terríveis reflexões. Assusta-nos o quanto tem sido fácil o exercício da corrupção administrativa, política e profissional. Fica à mostra uma prática viciosa, conivente, que tem permitido o mau uso do dinheiro público e a utilização de favores burocráticos. A corrupção nasce das fragilidades institucionais e da ineficiência da gestão administrativa do País nos três Poderes, devido à ausência de medidas legislativas adequadas e impeditivas, de sólido embasamento moral e ético, a exigir enérgicas e eficazes ações do Poder Legislativo.

Veja-se como o Senado está nos estertores da degradação, paralisado há três meses com o bate-boca diário sobre a renúncia ou sobre o licenciamento de seu Presidente. Até parece um acerto de contas. Senadores quase chegam ao desforço físico, antecedido de troca de palavras de baixo calão, como "espero V. Exa. lá fora". Pululam acusações de mordomias, de vantagens ilícitas, de privilégios, de passagens e de verbas indenizatórias. Qual Senador está isento de atirar a primeira pedra? Entretanto, muitos continuam lançando-as, esquecendo-se do próprio telhado de vidro? E o problema não vai parar por aí, meus queridos irmãos. Seguirá até o dia da eleição, em 3/10/2010, lamentavelmente.

Os noticiários nos deixam perplexos: já não sabemos o que é certo, o que é errado, o que é verdade, o que é mentira. Os órgãos de comunicação entram na dança, esquentando as notícias velhas em busca de audiência, lançando versões duvidosas, impregnadas de partidarismo, de parcialidade, ao gosto de toda casta de leitores. Os problemas sociais estão em segundo plano em proveito de interesses corporativos e imediatistas. Eis o cenário em que vivemos. Felizmente, podemos dizer com convicção e com certeza, nesse panorama não se inclui o que se passa em Minas Gerais.

O nosso Legislativo, o nosso Judiciário e também o Executivo parecem imunes a esse momento tão triste. Para nós, maçons, tais práticas são inconcebíveis, inadmissíveis e censuráveis, porque afrontam os princípios e o sistema de moralidade da ordem maçônica, que nos cumpre preservar e praticar a todo custo. Daí o nosso protesto e o nosso repúdio.

Aqui, está representada a maçonaria mineira por suas três obediências: o Grande Oriente de Minas Gerais, a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais e o Grande Oriente do Brasil, nas pessoas de seus Grão-Mestres e representantes de suas lojas, que sempre prestigiam essa solenidade. Os maçons sempre se preocuparam com o destino de nossa Pátria, desde os tempos coloniais até os dias de hoje, agindo por meio das lojas e de organizações sociais, culturais e profissionais de que participam ou são membros, entre os quais podemos destacar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas dos Estados, as Câmaras de Vereadores e as associações de classe, todos trabalhando, ainda que discretamente, a serviço do bem comum e em consonância com os preceitos e ensinamentos maçônicos. Os maçons, como membros atuantes da sociedade, atuam e trabalham obedientes aos padrões éticos e morais que nos incute a ordem maçônica, combatendo os vícios que corrompem o homem, degradam a sociedade e destroem os bons costumes. Defendem os maçons, como princípio básico da educação, a formação de caráter elevado, patriotismo, sentimento de dever de humanidade, que sempre recorrem e dão exemplos. O maçom tem por dever orgulhar-se de ser correto e envergonhar-se da prática de ações condenáveis. Essa é a nossa posição numa cruzada comum pela restauração da lisura, da probidade e da correção na vida pública, pessoal e social. Grandes maçons do passado e do presente têm-se distinguido nessa luta pela restauração dos bons costumes. Alguns, como o nosso irmão Rui Barbosa, paladino da liberdade e dos bons costumes, envergonhando-se de situações semelhantes às que estão ocorrendo em nossos dias, na política e na administração pública, chegou a dizer: "De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto". Fechamos essa página com o Pe. Antônio Vieira: "Miserável não é a república onde há delitos, senão onde falta a punição deles".

Aos nobres Deputados Domingos Sávio e Juninho Araújo, que, com a aquiescência da Casa, permitiram que hoje estivéssemos aqui, neste conagração, que muito dignificam, honram e representam nossa ordem e a maçonaria mineira, aos quais devemos o requerimento para esta reunião especial, ao Presidente desta Casa e demais membros aqui presentes deixo aqui expresso o nosso agradecimento por tão grata homenagem ao maçom em seu dia nacional, que tanto exalta nosso sentimento maçônico e cívico.

Parabéns, meus irmãos, por seu dia. Parabéns pelo comportamento. É o que a maçonaria espera de vocês: que sejam exemplos, que trabalhem em benefício do nosso semelhante, que, em cada lugar a que compareçam, ali se comportem e mostrem que há um maçom. Parabéns a vocês. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Bios, criada há dois anos por músicos da Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais com o intuito de levar música instrumental dos mais diversos estilos à sociedade mineira. Com o repertório bastante variado e

inovador, a Bios vem destacando-se no cenário musical mineiro, com participações em grandes eventos. Hoje a Bios apresentará à distinta plateia, sob o comando do Subten. Buenos Aires, as canções: "A String of Pearls", de Jerry Gray; "Easy", de Lionel Ritchie; e "Água da Vida", de João Alexandre.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Sr. Amintas de Araújo Xavier, Eminentíssimo Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais -; Janir Adir Moreira, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Hédison Damasceno, Soberano Grão-Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais; ilustre amigo Deputado Domingos Sávio, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, esta Casa está preparando, para os próximos meses, uma série de atividades comemorativas dos 20 anos da Constituição Estadual de 1989. O sentido maior dessa iniciativa é lembrar os avanços do texto constitucional vigente, que reproduz e amplia instrumentos previstos na Constituição Federal de 1988, assim como a mobilização popular que influenciou a elaboração das duas Cartas. Entre os avanços institucionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais nas duas últimas décadas, em boa parte decorrentes do processo constituinte de 1989, destacam-se a criação de mecanismos de participação da sociedade no processo legislativo, a educação para a cidadania, a interiorização das atividades parlamentares, a qualificação do corpo técnico, a informatização e a modernização administrativa. Todas essas iniciativas tiveram por objetivo ampliar as condições para que a Casa cumpra com eficiência suas funções, notadamente a que lhe é peculiar: a elaboração e a produção de leis, mais especificamente leis de qualidade, aquelas que contribuam de fato para o desenvolvimento do Estado em sentido amplo, englobando o crescimento econômico, a redução das desigualdades e a justiça social.

Tais considerações têm o propósito de lembrar a afinidade existente entre os princípios que orientam a atuação deste Parlamento e os ideais que originaram e sempre impulsionaram as organizações maçônicas. A prática sempre presente nesta Casa de cultivar os valores democráticos e de buscar para o Estado um desenvolvimento equânime, do qual se beneficiem todos os mineiros, sintoniza-se com o princípio da maçonaria de agir pelo bem comum e com seus conceitos fundamentais de liberdade, igualdade e fraternidade. Tais conceitos, desenvolvidos no iluminismo, inspiraram históricos movimentos políticos no mundo ocidental, notadamente a Revolução Francesa, sendo absorvidos logo a seguir no Continente Americano. Nesse contexto, influenciaram alguns dos episódios mais relevantes da história do nosso país, como a Independência e a Inconfidência Mineira. Foram maçons figuras notáveis no processo de construção da nacionalidade brasileira, como Pe. Feijó, José Bonifácio de Andrada, Dom Pedro I, Duque de Caxias, Bento Gonçalves, Barão de Mauá, Gonçalves Ledo, Joaquim Nabuco, Frei Caneca, Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio, Rui Barbosa e boa parte dos Presidentes da República.

Resgatando as concepções de democracia e de coisa pública da civilização grega e contrapondo-se ao obscurantismo da Idade Média, os princípios da maçonaria, que se desdobraram na liberdade de expressão, no livre arbítrio, na busca constante da verdade e do conhecimento, tiveram inegável influência nos sistemas econômicos e nas formas de governo ocidentais. Pela atuação de suas organizações e de seus membros, particularmente no âmbito do nosso Estado, sabemos que a maçonaria mantém intactos os ideais que a fizeram respeitada em todo o mundo, indutivos da prática da liberdade individual, da igualdade de direitos e obrigações, da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da prevalência do interesse coletivo.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais homenageia e parabeniza, nesta solenidade, nas pessoas dos Srs. Janir Adir Moreira, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Amintas de Araújo Xavier, Eminentíssimo Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais -; e Hédison Damasceno, Soberano Grão-Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais, toda a comunidade maçônica do nosso Estado pela inestimável contribuição que tem dado para o aprimoramento de nossas instituições e de nossa sociedade. Parabéns a todos e o nosso muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/8/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a concessão de incentivo a empresa que contratar empregados egressos do sistema prisional e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Segurança Pública, que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3 e pela aprovação da Emenda nº 2 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de transferir contas de água e de luz para a pessoa do fiador. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/1997. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.984/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Silveirânia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.163/2009, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.210/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.338/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o art. 4º da Lei 15.757, de 4/10/2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta, que altera o art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/1994. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.441/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São João Evangelista o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 26/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.175/2007, da Deputada Ana Maria Resende.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.981/2008, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 26/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a violência no trânsito em Minas Gerais, com os convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 26/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.349/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 26/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.040/2009, do Deputado Gilberto Abramo; 3.255/2009, do Governador do Estado; 3.368/2009, do Deputado João Leite; e 3.515/2009, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.390/2009, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 26/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.380 e 4.382/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.395 e 4.411/2009, do Deputado Doutor Viana; e 4.413/2009, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 26/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.249/2009, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.373/2009, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 26/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 26/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 359/2007, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.336 e 4.352/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.363/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.366/2009, do Deputado Wander Borges; e 4.376/2009, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 26/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.347/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.367 e 4.368/2009, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 26/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.394/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 26/8/2009, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o art. 4º da Lei 15.757, de 4/10/2005; 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a concessão de incentivo a empresa que contratar empregados egressos do sistema prisional e dá outras providências; 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta, que altera o artigo 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003; 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de transferir contas de água e de luz para o nome do fiador; 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública; 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/97; 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica; 2.984/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Silveirânia o imóvel que especifica; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica; 3.163/2009, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica; 3.210/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica; 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci, nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94; 3.338/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica; 3.441/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São João Evangelista o imóvel que especifica; e 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de agosto de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.230

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juarez Távora, Lafayette de Andrada, Vanderlei Jangrossi e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2009, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Antônio Júlio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os Deputados Adalcleber Lopes, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Antônio Genaro, Braulio Braz, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Chico Uejo, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Délio Malheiros, Djalma Diniz, Durval Ângelo, Eros Biondini, Fábio Avelar, Gustavo Valadares, Ivair Nogueira, João Leite, Juninho Araújo, Paulo Guedes, Ronaldo Magalhães, Ruy Muniz, Sávio Souza Cruz, Tenente Lúcio, Vanderlei Jangrossi e Walter Tosta, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 26/8/2009, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.520/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Carlin Moura, Delvito Alves e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2009.

Ana Maria Resende, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.810/2008

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação ao trecho rodoviário que liga o Município de Divisa Nova ao Município de Botelhos.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.810/2008 tem por finalidade dar a denominação de Rodovia Deputado Agostinho Patrús ao trecho da Rodovia LMG-880 que liga os Municípios de Divisa Nova e Botelhos.

O ex-Deputado Agostinho Patrús, nascido em Belo Horizonte, em 1939, deixou um legado de obras ao longo de sua vida como homem público, ficando conhecido por seus relevantes atos praticados no cenário político mineiro. Médico por formação e político por convicção, destacou-se em sua carreira, quando exerceu nesta Casa seis mandatos consecutivos (1983-2007).

No Poder Executivo, exerceu os cargos de Secretário de Estado da Casa Civil (1997-1998), no governo Eduardo Azeredo, e de Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas (2003-2006), no governo Aécio Neves, quando contribuiu de forma decisiva para a implementação dos programas Pró-MG e Próacesso, para a readequação e modernização do Expominas e para a construção da Linha Verde.

Foi eleito Presidente do Colégio de Secretários de Transportes, colegiado que integra todos os Estados brasileiros, tendo sido reconduzido ao cargo. Exerceu, também, o cargo de Diretor Vice-Presidente da Cemig, até o seu falecimento, em 2008.

Agostinho Patrús, um dos principais responsáveis pela construção do trecho da Rodovia LMG-880 que liga os Municípios de Divisa Nova e Botelhos, cujas obras se encontram em fase final, foi um homem que obteve grande destaque no meio político, fato que o deixa até hoje na lembrança do povo mineiro como uma personalidade que, no exercício de suas atividades políticas, revelou seriedade e comprometimento com a preservação dos valores de nosso Estado.

Portanto, a homenagem que lhe está sendo feita por intermédio do projeto de lei em análise é justa e oportuna, demonstrando o reconhecimento do povo mineiro aos relevantes serviços prestados por ele.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.810/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Adalclever Lopes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.869/2008

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Dimas Fabiano, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação à estrada que liga o Município de Alagoa ao Município de Itamonte.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.869/2008 pretende dar a denominação de Osvaldo Martins de Barros ao trecho da Rodovia LMG-881 que liga o Município de Alagoa ao Município de Itamonte.

A homenagem que se pretende fazer por meio do projeto de lei em análise é justa e oportuna, uma vez que Osvaldo Martins de Barros foi funcionário público exemplar e trabalhou na Unidade Municipal Cadastral do Incra de Alagoa. Sensato e conciliador, teve a atuação pautada pelo interesse público e pela defesa das reivindicações da população rural.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de identificar corretamente o trecho que se pretende denominar

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.869/2008, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Irani Barbosa, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.485/2009

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação das Empresas de Outdoor e Similares do Interior de Minas – Asdoor –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, Queridos pais, concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.485/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação das Empresas de Outdoor e Similares do Interior de Minas – Asdoor –, com sede no Município de Belo Horizonte, que tem como finalidade coordenar e proteger a atividade econômica desenvolvida pelas suas associadas, isto é, todas as pessoas jurídicas cujas atividades correspondem à produção, montagem ou veiculação de tabuletas de "outdoor" e similares.

Busca, também, colaborar com o poder público, zelando pela obediência às normas legais; promove o aperfeiçoamento técnico por meio de cursos, conferências e palestras; mantém serviços de assistência jurídica preventiva e de consultoria nas diversas áreas de interesse do quadro associativo; estimula a publicação de jornais, revistas e qualquer outro meio de comunicação para divulgar o seu trabalho.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.485/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.491/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Municipal de Desenvolvimento Integrado de Canaã – AMDI –, com sede no Município de Canaã.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.491/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Municipal de Desenvolvimento Integrado de Canaã, que tem como finalidade incentivar e promover atividades que visem ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida da população rural e urbana desse Município.

Com esse propósito, estimula a participação da comunidade nas discussões de assuntos relativos ao seu interesse e na busca de soluções para seus problemas, promove atividades educativas nas áreas de lazer, saúde, esporte e cultura, incentiva as obras organizacionais das mulheres locais, orienta sobre a preservação do meio ambiente e desenvolve ação de apoio à família, especialmente à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência.

Conclusão

Isso exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.491/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.492/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Cecília Ferramenta, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Novo Cruzeiro – Ambanoc –, com sede no Município de Ipatinga.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.492/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Novo Cruzeiro – Ambanoc –, com sede no Município de Ipatinga, que tem como finalidade congregar órgãos e pessoas interessadas em atender às demandas dos moradores locais.

Dessa forma, desenvolve atividades assistenciais, educacionais, culturais, esportivas e de lazer, mobiliza os associados para participar de suas iniciativas de interesse social, fomenta a integração e a solidariedade entre eles e a comunidade, presta assistência às pessoas carentes, orienta sobre a preservação do meio ambiente e firma convênios com órgãos públicos e empresas privadas para subsidiar suas iniciativas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.492/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.494/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Tribuna, com sede no Município de Ipatinga.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.494/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Tribuna, com sede no Município de Ipatinga, que possui como finalidade desenvolver quaisquer atividades que possam contribuir para o fomento e racionalização das explorações agropecuárias, visando ao fortalecimento econômico e social dos seus associados.

Na consecução de seus propósitos, promove o beneficiamento, o armazenamento, a industrialização e comercialização da safra agrícola; desenvolve atividades nas áreas da saúde, da educação, da cultura, do esporte e do lazer; visa à integração de seus beneficiários no mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes; adquire, constrói ou aluga bens móveis e imóveis necessários às suas instalações; combate a fome e a pobreza; oferece assistência às famílias carentes.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.494/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.496/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Fábio Avelar, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Monte Alegre, com sede no Município de Três Corações.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.496/2009 visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Monte Alegre, com sede no Município de Três Corações, que possui como finalidade implementar ações para buscar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais.

Com o intento de alcançar seus objetivos, promove a melhor integração entre seus associados e a comunidade; busca junto a autoridades competentes soluções para os problemas coletivos; desenvolve atividades assistenciais, educacionais, culturais, esportivas e de lazer; oferece cursos profissionalizantes objetivando a integração dos seus associados no mercado de trabalho; protege a saúde da família; orienta sobre a preservação do meio ambiente; realiza encontros, debates e seminários com o intuito de sistematizar propostas que atendam às reivindicações da população local; presta assistência médica, desenvolvendo programas de esclarecimento sobre a aids e outras doenças infectocontagiosas; defende os direitos da criança, do adolescente e do idoso; e atua na promoção da ética, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.496/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.498/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Zezé Perrella, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Beneficente de Citrolândia Divino Ferreira Braga, com sede no Município de Betim.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.498/2009 visa a declarar de utilidade pública a Associação Beneficente de Citrolândia Divino Ferreira Braga, com sede no Município de Betim, que possui como finalidade congregar órgãos e pessoas interessadas em atender às demandas dos moradores locais.

Dessa forma, desenvolve atividades assistenciais, educacionais, culturais, esportivas e recreativas; mobiliza os associados para participarem de suas iniciativas de interesse social; protege a saúde da família, priorizando a maternidade, a infância, a adolescência e o idoso; fomenta a integração e a solidariedade entre associados e comunidade; cria e mantém escolas de formação profissionalizante, creches e centros de convivência e de atendimento ao idoso; e firma convênios com órgãos públicos e entidades privadas para subsidiar suas iniciativas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.498/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.499/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Ribeirão das Neves Cidadania Ativa – Assocrin –, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.499/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Ribeirão das Neves Cidadania Ativa –

Assocrin -, com sede no Município de Ribeirão das Neves, que tem como finalidade produzir programas culturais, educativos e informativos de interesse da comunidade local.

Dessa maneira, presta serviços de utilidade pública integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário, estimula a prática do lazer e da cultura, promovendo o melhor convívio social, contribui para o aperfeiçoamento profissional de jornalistas e radialistas e divulga valores éticos indispensáveis à organização da sociedade.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.499/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Djalma Diniz, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar Nº 52/2009

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Tribunal de Contas, por seu Presidente, e encaminhado a esta Casa por meio do Ofício nº 28/2009, o projeto de lei complementar em epígrafe "institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências".

Preliminarmente, o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Compete agora a esta Comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, do Regimento Interno, emitir parecer sobre o mérito da matéria.

Fundamentação

A proposição em epígrafe institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, para publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos. Altera, ainda, dispositivos da Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, para adequá-la à nova versão eletrônica das publicações.

Como salientado pela Comissão de Constituição e Justiça, o Tribunal de Contas é uma ferramenta técnica fundamental, colocada à disposição do Poder Legislativo, bem como de toda a sociedade, para fiscalizar as receitas e as despesas do poder público, apurando se os recursos financeiros foram gastos para o fins devidamente autorizados.

Ademais, pode a Corte de Contas organizar seus serviços, sendo de sua competência privativa, por seu Presidente, a criação e a extinção de cargo e função públicos e a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores, nos termos do art. 66, II, da Carta mineira.

A medida prevista no projeto é mais uma iniciativa do Tribunal de Contas que visa a conferir mais transparência às ações públicas, de forma que o cidadão possa exercer o controle social e os gestores públicos possam acompanhar as decisões de seu interesse.

Cabe destacar que os atos publicados no Diário Oficial Eletrônico têm validade para todos os efeitos legais — inclusive em relação aos prazos processuais. Além disso, as informações disponibilizadas têm ampla segurança, uma vez que será utilizada certificação digital e assinatura eletrônica, credenciadas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Por fim, ressaltamos que a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça aprimora a redação do projeto, uma vez que indica o órgão no qual a versão impressa será publicada.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 52/2009 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Neider Moreira, relator - Padre João - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

69ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 18/8/2009

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, povo que nos acompanha nas galerias e funcionários da Casa, eu gostaria de lembrar, na íntegra, pronunciamento que fiz desta tribuna no dia 23/6/2004, um entre muitos nos quais denunciei a ilegalidade de fiscalizar e multar da BHTRANS, empresa de economia mista, por não ter poder de polícia, fato que levei ao conhecimento do Ministério Público em audiência com o Promotor Leonardo Duque Barbabella, na época. Passo a ler o

pronunciamento.

"A Lei Municipal nº 5.953, de 31/7/91, autorizou o Poder Executivo de Belo Horizonte a constituir e organizar uma sociedade de economia mista sob a denominação de Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S.A. - BHTRANS.

O art. 2º da referida lei diz: 'A BHTRANS terá por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos municipais relativos a transportes coletivos e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário, observando o planejamento urbano'. A citada lei determinou a criação de uma sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, que será regida pela própria legislação e pelo seu estatuto, que foi aprovado pelo Decreto nº 6.985, do Prefeito Municipal de Belo Horizonte à época.

Entretanto, podemos notar que foi incluída no art. 3º, incisos VI e VII, do estatuto a condição de fiscalizar e policiar o sistema de transporte, tráfego e trânsitos municipais, com aplicação de sanções aos atos ilícitos de trânsitos, procedendo à sua arrecadação.

Essas diretrizes estatutárias não estavam previstas na Lei nº 5.953, que autorizou a constituição da BHTRANS, pois o poder de fiscalizar e multar é do Município, por meio de seus fiscais municipais específicos, ou da Polícia Militar, por via de convênio com a Prefeitura, como determina o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Segundo esse CTB, a fiscalização é definida como: 'Ato de controlar o cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito por meio do poder de polícia administrativa de trânsito, no âmbito de circunscrição dos órgãos e entidades executivas de trânsito e de acordo com as definidas neste Código'.

É oportuno ressaltar que o Poder Judiciário, de forma geral, tem entendido que todo poder de polícia, seja ele de polícia administrativa geral ou especial, é indelegável a particular, ainda que considerada a empresa paraestatal.

Nos termos do CTB, a atividade de fiscalização compete às Polícias Militares, conforme convênio firmado com o agente do órgão ou entidade executiva do trânsito. É o chamado policiamento ostensivo de trânsito, fixando normas objetivas, ou seja, prevenindo e reprimindo atos relacionados à segurança pública do trânsito, garantindo obediência às normas relativas à segurança do trânsito, assegurando a livre circulação e evitando acidentes.

O Desembargador Otávio César Valeixo, participante do I Congresso Internacional de Segurança de Trânsito, assim se pronunciou: 'Ir à força da lei não está tanto na sua severidade, mas na certeza da punição'. Sendo assim, a multa de trânsito tem de ser aplicada por quem de direito, pois é peça indispensável no conseqüente procedimento a ser manejado em sede judicial, caso necessário.

Para o Prof. Gilberto Monteiro, que participou da elaboração do CTB, 'nenhum esforço para reduzir acidentes de trânsito terá sucesso sem uma atuação eficaz e eficiente do policiamento'.

Podemos destacar que não são somente a aplicação de multas e a instalação de 'pardais' com o intuito de arrecadar recursos que irão solucionar o problema da segurança no trânsito. A BHTRANS deve, por obrigação, educar, elaborar planos de trabalho e contratar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo, e não procurar meios de arrecadação próprios, visto que, por ser uma sociedade anônima, não poderia, em hipótese alguma, ter a delegação de aplicar sanções e multas.

Diante dos fatos, quero relatar o meu apoio ao Ministério Público de Minas Gerais, especialmente à Promotoria de Justiça em Defesa do Patrimônio Público, que já propôs ação civil pública contra a BHTRANS visando suspender as atribuições de policiamento e atuação de infrações de trânsito na Capital.

Segundo matéria veiculada no jornal 'Estado de Minas' de 9/6/2004, enquanto a ação civil pública que questiona esse poder ilícito de polícia da BHTRANS não chega ao fim, o Promotor Leonardo Barbabella explica quais medidas o condutor pode tomar para se defender das multas de trânsito aplicadas pela empresa. Segundo ele, a orientação do Ministério Público é que, sempre que forem autuados, os motoristas ingressem no Juizado Especial Cível pedindo a anulação da multa e indenização, em virtude de terem sido autuados por órgão incompetente para tal, conforme a Constituição da República. 'Se a pessoa já pagou a multa, pode pedir ressarcimento ou dano moral; se não pagou, são só danos materiais', acrescenta. Com base na ação 'que, no valor de até 20 salários mínimos, dispensa advogado', é possível requerer ao DETRAN o licenciamento do veículo.

Finalizando, quero também informar que a Fundação João Pinheiro está realizando uma pesquisa sobre a frota de veículos da Grande BH. Parte da pesquisa concluiu que a frota de veículos de Belo Horizonte e da Região Metropolitana está aumentando percentualmente mais do que a população e que mais pessoas estão andando a pé. O transporte público foi avaliado no período de 2001 a 2002. A frota de veículos está crescendo cerca de 4% ao ano, enquanto o aumento da população foi de 2,4% em 2002. Ora, senhoras e senhores, será que a BHTRANS vai ficar esperando esse crescimento chegar ao seu ponto máximo e, mesmo assim, continuar aplicando multas ilegalmente? Isso é muito sério porque no estatuto da empresa consta a ação de fiscalização e de punição, mas, na lei que a Prefeitura criou para regulamentar a ação da BHTRANS votada pela Câmara, não consta autorização legal que permite a ela impor multas ou taxar alguém, nem tampouco recolher veículos. Sua função deveria ser educativa, o que não vem ocorrendo; jamais poderia ser de policiamento. Como empresa paraestatal - S.A. - portanto, uma empresa de direito privado, não tem competência, pelo CTB, para aplicar multas e taxas em nenhuma cidade e em nenhum Estado do nosso país".

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Ilustre Deputado Doutor Viana, V. Exa. traz um assunto a esta tribuna também de meu interesse. Fico feliz que V. Exa. tenha tido a mesma iniciativa deste Deputado. Também havíamos separado um material a esse respeito: uma matéria publicada, Deputado Doutor Viana, no jornal "Estado de Minas" de 5/5/2009, no caderno "Gerais", pág. 19. A matéria, cujo título foi "Para metade de BH, multa é caça-níquel", dizia o seguinte: "Pesquisa encomendada pela BHTRANS mostra que 53% da população da Capital acreditam que a empresa atua apenas para encher os cofres e não para corrigir o infrator". V. Exa., de forma muito lúcida e muito transparente, traz o assunto a esta tribuna. Quero cumprimentá-lo, porque esse é o sentimento do cidadão de Belo Horizonte. É bom que o Sr. Márcio Lacerda, nosso Prefeito, e o Diretor da BHTRANS acompanhem essas matérias e as entendam como recados da população.

Fizemos um quadro, Deputado Doutor Viana, que mostra as multas por excesso de velocidade e as médias diária e mensal de arrecadação. A BHTRANS está arrecadando uma média de R\$7.000.000,00 por mês. São 703 multas por dia.

Deputado Doutor Viana, não querem que o cidadão fale em uma indústria da multa. Trata-se, sim, de uma indústria da multa, como V. Exa. disse muito bem. Fui policial de trânsito em Belo Horizonte e sei que a máxima de educar e orientar sempre foi a tônica do Batalhão de Polícia de Trânsito; não podemos permitir, agora, que Belo Horizonte tenha uma indústria da multa, capitaneada pela BHTRANS. Parabéns a V. Exa. Posteriormente, na tribuna, também vamos abordar esse assunto. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Quero parabenizar o Deputado Doutor Viana por seu pronunciamento, porque mais uma vez traz a esta Casa um assunto que é de suma importância não só para os moradores de Belo Horizonte, mas para toda a população do Estado, principalmente para aqueles que vêm a Belo Horizonte com alguma frequência e acabam entrando no trânsito infernal da nossa Capital. Atualmente há em Belo Horizonte dois habitantes para cada carro, uma das maiores médias do País. No Brasil, só perde na comercialização de motos e carros para a cidade de São Paulo. Ainda assim a nossa estrutura viária é muito acanhada, o que é culpa da falta de planejamento dos administradores públicos municipais durante anos.

No ano passado disputei a eleição em Belo Horizonte, pelo DEM, partido no qual sou colega de V. Exa. Naquela época, fiquei até rouco de tanto falar que, quando trabalha com o objetivo de se tornar uma companhia de engenharia de tráfego, a BHTRANS funciona bem. Exemplo disso é a obra que, apesar de ter demorado mais de um ano - parecendo até uma obra de igreja -, chegou ao fim agora, na Avenida Nossa Senhora do Carmo, onde se construiu uma faixa exclusiva para o transporte coletivo. Ora, quando a BHTRANS atua nesse sentido é quase unanimidade que o faz de forma acertada. O que não podemos é colocar como objetivo número um da BHTRANS a arrecadação com multas. Na verdade, a BHTRANS precisa ser uma companhia de engenharia de tráfego e investir, Deputado Juarez Távora, em publicidade e campanhas educativas para a diminuição do número de acidentes, de pessoas dirigindo alcoolizadas ou de pessoas que transitam com o veículo acima do limite de velocidade. Enfim, precisamos colocar na cabeça do Prefeito, do novo Presidente da BHTRANS, Sr. Ramon, e de seus Diretores a consciência de que a BHTRANS só funciona quando trabalha como uma companhia de engenharia de tráfego - e tenho certeza de que é isso que estão fazendo. Lembro que há menos de duas semanas estive lá para discutir questões relativas ao transporte alternativo em nossa cidade, para amenizar o sofrimento de quem transita diariamente por Belo Horizonte.

Por fim, parabeno mais uma vez V. Exa. por sua sensibilidade e por reconhecer a urgência de se resolver o problema da BHTRANS. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sou eu quem agradece. Para terminar, Sr. Presidente, todos aqueles que se sentirem lesados podem procurar o Ministério Público, a Justiça, o meu gabinete e os gabinetes dos colegas Deputados, que também estão sensíveis ao assunto, ou o de quem quiser orientá-los. Os nossos gabinetes estão prontos para receber as reclamações e dar as orientações de como agir. Isso é extremamente importante. Como Deputados que somos, a nossa função é fiscalizar tudo o que o Executivo faz que provoque danos à população. E, após minucioso estudo, verificamos que a BHTRANS se encontra em situação irregular. A fiscalização de polícia realizada pela BHTRANS é irregular; a possibilidade dessa fiscalização não consta na lei. Colocaram-na no estatuto, mas ela não foi legitimada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, que representa os interesses da população da nossa Capital.

Estou aqui, nesta tribuna, defendendo o cidadão mineiro, principalmente o da Região Metropolitana de Belo Horizonte, porque há muito tempo a BHTRANS realiza essas investidas ilegais.

Essa empresa foi criada com o intuito de educar e corrigir as situações irregulares no trânsito, mas, infelizmente, não o faz e nunca o fez. É arbitrária e mal-educada, além de agir ilegalmente. Novamente, o poder público age ilegalmente contra o cidadão do nosso Estado. Portanto, apresentamos essa denúncia e acompanhamos a ação cível do Ministério Público contra a BHTRANS.

Volto a comentar esse assunto, porque não o esgotamos, em virtude das intervenções positivas dos colegas que me aparteam. Fiz esse pronunciamento no dia 23/7/2004, há mais de cinco anos, e só agora a ação cível está sendo julgada e a BHTRANS está sendo condenada. Por isso, estou repetindo, "ipsis litteris", meu pronunciamento naquela época.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Parabeno V. Exa. pelo assunto trazido à tribuna, pois sempre temos comentado essa voracidade da BHTRANS em relação às multas. Quando fui Vereador em Belo Horizonte, acompanhei o processo de perto. Em 2005, a BHTRANS arrecadou R\$50.000.000,00 em multas e tem mantido essa cota, que oscila entre R\$40.000.000,00 e R\$50.000.000,00. Chegou ao ponto de haver denúncias dos próprios agentes da BHTRANS dizendo que alguns estavam indo para a rua com cotas a serem cumpridas e tinham privilégios. Isso veio à tona, e, no momento certo, a BHTRANS foi arguída, e parece que essa situação não existe mais. A meu ver, a BHTRANS sempre teve uma função mais arrecadatória do que disciplinadora, e venho batendo nessa tecla há muito tempo.

Parabéns pela abordagem do tema. A população precisa buscar os meios que tem, e esta Casa é um deles. Somos minha voz à de V. Exa. e creio que os demais Deputados fazem coro conosco. Colocamo-nos à disposição da população.

O Deputado Doutor Viana - Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, agradeço-lhe conceder-nos a palavra neste momento, fazendo a inversão com a fala do Deputado Doutor Viana, pois estávamos na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira.

Cumprimento a todos os Deputados e Deputadas. O que me traz à tribuna é um assunto extremamente importante, pois, muito em breve, os moradores de Belo Horizonte, de Minas e de todo o Brasil poderão visitar todo o Circuito Cultural Praça da Liberdade, uma das mais ousadas e inovadoras iniciativas culturais em curso no País, que está sendo implantada pelo governo de Minas em parceria com a iniciativa privada. Aliás, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma amostra do que será o circuito poderá ser conhecida na exposição "Praça da Liberdade: Circuito Cultural - Arte e Conhecimento", que está instalada na Alameda Travessia. A exposição apresenta à população mineira todas as etapas de implantação do Circuito Cultural, que vai transformar os prédios públicos do entorno do principal cartão postal de Belo Horizonte no maior complexo de cultura do País aberto ao público.

O Circuito Cultural é formado pelo Palácio da Liberdade e por outros espaços culturais instalados em 10 prédios históricos do entorno da praça. Atualmente, cinco prédios do entorno da Praça da Liberdade estão em obras para serem adaptados às suas novas funções culturais, com investimentos de R\$100.000.000,00 por parte da iniciativa privada.

Estão em obras o Espaço do Conhecimento, com patrocínio pela TIM e pela UFMG; o Museu das Minas e do Metal, sob responsabilidade da EBX Investimentos; o Memorial de Minas Gerais, sob responsabilidade da Vale; o Centro de Arte Popular, que está a cargo da Cemig; e o Centro Cultural, a cargo do Banco do Brasil.

Ainda integram o Circuito o Arquivo Público Mineiro, o Museu Mineiro e a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, o edifício da antiga Secretaria de Obras e o conjunto de prédios da Secretaria de Cultura. A exposição, que pode ser visitada das 9 às 17 horas, mesmo nos finais de semana, mostra como será cada um dos espaços do Circuito. Para abrigar o evento, foi montado um moderno pavilhão na Praça. Logo na entrada, a exposição conta a história da Praça da Liberdade, palco de grandes momentos políticos e culturais de Minas Gerais. Na mesma sala, o visitante faz uma viagem ao mundo para conhecer exemplos de intervenções em prédios tombados que foram requalificados e cujos novos conteúdos convivem de forma harmoniosa com a arquitetura histórica. Como, por exemplo, o Museu do Louvre, o Museu Reina Sofia, a Tate Modern ou a Pinacoteca de São Paulo. Na segunda sala, os visitantes entrarão no universo do Circuito Cultural. Um grande mapa da Praça mostrará a localização de cada prédio, indicando também suas funções anteriores. Na sala seguinte, fones de ouvido estarão disponíveis para

que o visitante acompanhe as imagens projetadas na parede e conheça o conteúdo de cada um dos espaços culturais, como o moderno planetário e o observatório astronômico, instalados no Espaço do Conhecimento, ou a Sala Chão de Estrelas, no Museu das Minas e do Metal. Na mesma sala, imagens exibidas em pequenos monitores mostram o processo de restauração dos edifícios. As intervenções são supervisionadas pelo Iepha-MG. O encerramento da exposição fica por conta dos depoimentos de 50 personalidades de todo o País, entre arquitetos e artistas, sobre a transformação da Praça da Liberdade no maior complexo cultural do País.

Segundo informou o Governador Aécio Neves, que participou da abertura da exposição, ocorrida no dia 3/8/2009, até o final do ano alguns espaços serão concluídos e abertos à população. Mas alguns prédios que fazem parte do Circuito Cultural já podem ser visitados. É o caso do Palácio da Liberdade, em que as visitas ocorrem sempre no último domingo de cada mês, do Museu Mineiro, do Arquivo Público e da Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Até o final do próximo ano, conforme previsão do Governador, todo o Circuito será entregue à população. Como bem disse o Governador Aécio Neves, o governo está transformando a praça do poder na praça do povo. Transformando, na verdade, prédios obsoletos de espaços de governo em espaços arquitetônicos modernos, inspirados no que há de mais moderno pelo mundo. A Praça da Liberdade, nas palavras do Governador, será o principal espaço de convivência entre os mineiros, convivência amalgamada naquilo que temos de mais relevante, que são a nossa tradição e os nossos valores culturais. Mais uma vez, está de parabéns o Governador Aécio Neves por mais essa iniciativa absolutamente inovadora. E parabéns também aos parceiros, como a Vale, a TIM, a EBX, o Banco do Brasil, a Cemig e a UFMG, que souberam compreender a importância desse projeto para Minas Gerais e não têm medido esforços para viabilizá-lo. Fica aqui o convite a todos para visitar o Circuito Cultural Praça da Liberdade, onde alguns espaços já estão à disposição para visita e, muito em breve, todos os espaços estarão entregues ao povo mineiro. Portanto, parabéns ao Governador Aécio Neves por mais essa grande iniciativa em favor da cultura de Minas Gerais, já que Minas é o grande berço cultural do nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir* - Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente desta Casa, que conduz os trabalhos nesta tarde, Deputadas e Deputados Estaduais e telespectadores da TV Assembleia que se encontram nos quatro cantos da nossa querida Minas Gerais, é com muito prazer e orgulho, movido por grande entusiasmo e alegria, que me reporto aos colegas nesta tarde do dia 18/8/2009, data em que comemoramos os 74 anos de instalação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Quero fazer uma pausa na minha fala. Quase sempre os parlamentares fazem uso da palavra para tratarem mais da parte política. Isso ocorre muitas vezes. Neste momento, Sr. Presidente, faço uso da palavra para contar para o povo de Minas Gerais um pouco da história do Parlamento mineiro. Foi na data de hoje, há 74 anos, que viamos instalar a Assembleia Legislativa. A instalação do Poder Legislativo em Minas Gerais ocorreu em 31/1/1835, com o Conselho-Geral da Província. Após a Proclamação da República, foi instalado, em 1891, o Congresso Mineiro, com duas Casas: a Câmara dos Deputados e o Senado do Estado de Minas Gerais. O prédio abrigou a Câmara dos Deputados no período da República Velha e, posteriormente, foi sede da Assembleia Legislativa, até que um incêndio o destruiu em 1959.

Em 1930, o decreto que instituiu o Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil dissolveu o Congresso Nacional, os Parlamentos estaduais, assim como as Câmaras de Vereadores. A reorganização constitucional do País veio com a Constituição de 1934 e, em 18/8/1935 - no dia de hoje -, foi instalada a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Portanto, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados e nosso público de Minas Gerais, esta data tem um significado muito especial para a história da Assembleia Legislativa e da nossa Minas Gerais. Não poderíamos omitir-nos de fato tão relevante. Certamente o povo de Minas - alguns ou muitos - terá a oportunidade agora de conhecer a história do Parlamento da nossa Minas Gerais.

O golpe de 10/11/37 e o período do Estado Novo provocaram a suspensão das atividades da Assembleia de Minas Gerais e das demais Casas Legislativas por 10 longos anos. Convocadas novas eleições em 1946, a Assembleia mineira volta a se reunir em 1947, e dessa vez com caráter constituinte. A nova Constituição do Estado é promulgada a 14 de julho no mesmo ano e, no dia 28 de julho, é instalada a terceira Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O prédio da Rua Tamoios, no Centro de Belo Horizonte, foi a sede da Assembleia Legislativa de 1947 até 1954. Em virtude do incêndio ocorrido no prédio da Praça Afonso Arinos, a Assembleia retornou para a Rua Tamoios, em 1959. Posteriormente, esse prédio também foi sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte. De 1947 até hoje, a Assembleia mineira funciona diariamente.

Sr. Presidente e prezado Deputado Ronaldo Magalhães, para nossa alegria e de todo povo de Minas Gerais esse fato é marcante para a história de todo o Brasil. Afinal, são 62 anos de história da nossa Assembleia, que funciona ininterruptamente, de forma democrática e, é claro, de uma salvaguarda muito grande da população, que vê nesta Casa a sua legítima defensora, ao contrário dos períodos de concentração autoritária de poderes nas mãos do Executivo. Atualmente, os Deputados empenham-se na discussão e na elaboração de leis, no debate de assuntos de interesse direto da população e na abertura da Assembleia para a sociedade mineira.

Do prédio da Rua Tamoios, a Assembleia foi transferida para sua sede atual, o Palácio da Inconfidência, inaugurado em 1º/5/72. Em 1990, inaugurou-se o Edifício Tiradentes, anexo da Assembleia com 23 andares, onde estão instalados setores administrativos do Legislativo, além de gabinetes de parlamentares. Nesse prédio temos o nosso endereço, no 21º andar.

É com nítida satisfação que ocupo esta tribuna nesta sessão ordinária da 16ª legislatura da Assembleia mineira, pois tenho a oportunidade de comemorar com meus pares esta importante data, que representa uma conquista de todos os mineiros. Deputado Antônio Carlos Arantes, no ano que vem teremos oportunidade de comemorar 175 anos da instalação do Poder Legislativo em nosso Estado, que percorreu, é claro, o caminho do crescimento e da superação, sempre tendo como meta fiel a representatividade do povo mineiro, a democratização da informação e a valorização da participação popular. Hoje comemoramos os avanços de uma instituição de sucesso, que se firma como uma das mais modernas do nosso imenso Brasil. Podemos destacar a instalação - antes mesmo do Congresso Nacional - de uma emissora de televisão exclusiva, cujo propósito é fazer chegar à sociedade o nosso desempenho e os nossos trabalhos desenvolvidos, seja aqui no Plenário e nas comissões, seja nas audiências públicas, que são reuniões promovidas para ouvir a sociedade dentro dos mais diversos assuntos. Temos muito mais a comemorar, muito que nos orgulhar de sermos participantes dessa história, de juntos sermos colaboradores na construção de um Parlamento forte e respeitado nacionalmente.

Sr. Presidente, neste momento faço o registro - não poderia ser diferente - ao nosso digno Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, e aos demais membros da Mesa do meu orgulho de fazer parte da história da Assembleia mineira. Vemos Casas Legislativas superiores em um total declínio, sendo motivo de falta de transparência e inobservância das regras claras que estão conceituadas na Carta Magna, que diz que todo ato deve ter, primeiramente, a sua publicidade. Ao contrário, nossa Casa mostra que nós, na Assembleia mineira, bem conduzidos pelo Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho e pelos demais membros da Mesa, estamos mostrando para o Brasil que aqui se tem e se pratica a seriedade.

Não poderia deixar de homenagear os demais membros da Mesa: o Deputado Doutor Viana, nosso 1º-Vice-Presidente; os Deputados José Henrique e Weliton Prado, como também o Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário; e Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário.

Neste momento, também parabeno os demais servidores desta Casa, os que estão nos gabinetes dos parlamentares, na condução das notas taquigráficas, na imprensa da TV Assembleia, enfim, no suporte que esta Casa tem. É justamente por ter essa equipe que a Casa caminha em passos sempre firmes no propósito de resguardar a lei em todos os seus ditames.

Ao finalizar a minha fala do dia 18 de agosto, dos 74 anos da instalação da nossa Assembleia, gostaria, Sr. Presidente, de dizer ao povo de Minas Gerais, especialmente à região Sul mineira, que tenho percorrido, nos momentos em que estamos longe dos trabalhos internos da Casa - tem sido assim, constantemente, às quintas-feiras à noite e, muitas vezes, às sextas, aos sábados, aos domingos e às segundas-feiras -, que sinto grande alegria ao encontrá-lo e ver que aprova as ações do governo Aécio Neves. Muitas vezes perguntam se o PMN faz parte da base de governo do Governador Aécio Neves. Quero, de viva voz, representando também o nosso Presidente estadual, Deputado Walter Tosta, dizer que nós, do PMN, apoiamos o governo Aécio Neves. Sabemos que esse Governador ontem, segundo matéria dos principais jornais de Minas, foi procurado por parlamentares do Rio Grande do Sul, que lhe pediram apoio político partidário para resolver questões internas do seu Estado. Isso nos enche de orgulho. Como disse, ao caminhar pela nossa região Sul, Sr. Presidente, podemos notar a satisfação do povo com o Governador Aécio Neves.

Ao falar do nosso Governador, não poderíamos, em momento algum, esquecer-nos de que, atrás desse governo, há um nome forte, do Prof. Antônio Augusto Anastasia. Quando ele foi escolhido para compor a chapa do governo de Minas, tenho certeza de que muitos de nós, políticos, pensamos que o nome viria do partido "a" ou "b", porque o partido "a" teria mais base nesta Casa ou o partido "b" teria mais Prefeituras em Minas Gerais. Mas não! O nome Anastasia veio por necessidade, em virtude do momento que Minas está vivendo, pelos avanços, pelo Choque de Gestão, porque o Governador - como, de fato, tem feito na prática - precisava de uma pessoa séria, transparente, que não carregasse consigo tão somente a sua sigla partidária. Mais do que um partido, ele carrega a sabedoria adquirida ao longo dos anos de estudo, a qual pratica tão bem na condução do Choque de Gestão de Minas Gerais. Coordenador do programa de governo de sua candidatura, coordenador da equipe de transição em 2005, o Prof. Anastasia acumulou o cargo de Secretário de Defesa Social e lançou uma política de metas para a ação social. Nas eleições de 2006, foi convidado pelo Governador para compor a chapa como candidato a vice-Governador do Estado. Com a vitória no pleito, por determinação do Governador Aécio Neves, Anastasia assumiu a coordenação do Programa Estado para Resultados, conhecido como a segunda geração do Choque de Gestão. O Governador Aécio Neves, como num passe de mágica, demonstrou claramente a observância do futuro quando da indicação do Prof. Anastasia. Não previa, como nenhum de nós, que o mundo passaria por uma crise sem precedentes e que os Estados Unidos, maior nação do mundo, seriam um dos que mais sofreria. Nós, em Minas Gerais, meu caro Presidente, temos o orgulho de ter um Vice-Governador atuante, sério e firme, que tem ajudado, e muito, o Governador Aécio Neves.

Estive recentemente na cidade de Gonçalves, cravada na serra que divide Minas de São Paulo. Lá o nosso Vice-Governador foi homenageado com o título de cidadão gonçalvesense. Estive presente e vi, nos olhos de cada cidadão, de cada político ali presente, o valor que o nosso Vice-Governador tem e que fez por merecer. Ele também esteve na minha microrregião, Boa Esperança, ao lado de Campo Belo, onde todos sabem do seu valor no governo de Aécio Neves. São essas as minhas homenagens ao Vice-Governador.

Sr. Presidente, estou terminando. Solicito-lhe apenas mais 1 minuto. Como membro da Comissão do Trabalho, gostaria de dizer que, na semana passada, ocorreu um debate muito importante nesta Casa. Estivemos com o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, para discutir sobre o fator previdenciário, juntamente a outros membros desta Casa. Em nome do PMN - somos dois Deputados nesta Casa -, manifestamos nosso apoio ao fim do fator previdenciário. Na terceira etapa da nossa vida - nascemos, atingimos a idade produtiva e nos aposentamos -, queremos tranquilidade para viver ao lado dos nossos familiares e netos, tomar nossos remédios e, quem sabe, sonhar com uma viagem. E vemos que os aposentados mal podem comprar seus remédios. Somos a favor do fim do fator previdenciário, que, na verdade, reduz a qualidade de vida das pessoas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, amigos que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembleia em todas as regiões do Estado, gostaria de convidar a todos para um grande acontecimento na segunda-feira próxima, dia 24, às 20 horas, ocasião em que faremos uma homenagem à Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico do Estado de Minas Gerais.

Antes de tratar desse assunto, Sr. Presidente, agradeço aos nobres pares toda a atenção que nos deram para aprovar mais um importante projeto de lei de nossa autoria, o Projeto de Lei nº 972/2007, que dispõe sobre o procedimento de identificação de recém-nascidos e mães nos hospitais e nas maternidades do Estado. Apresentamos esse projeto em 2007 e acompanhamos sua tramitação com carinho, por julgarmos ser de grande importância. Percebemos toda a boa-vontade e a confirmação da importância dessa proposta pelos nobres pares, nossos colegas Deputados, para que, enfim, fosse aprovada em 2º turno. Agora aguardamos a sanção do nosso Governador Aécio Neves.

Sr. Presidente, na próxima segunda-feira, realizaremos uma reunião especial nesta Casa, às 20 horas, evento que esperávamos com muita ansiedade, tendo em vista que acompanhamos, há vários anos, as comunidades terapêuticas, as fazendas de recuperação dos dependentes químicos espalhadas pelo Estado, onde há quase trezentas unidades; em todo o território nacional, há quase mil. Estive fora do Brasil acompanhando outras comunidades que acolhem voluntariamente jovens dependentes de álcool e outras drogas. Enfim, com a boa vontade do nosso Presidente Alberto Pinto Coelho e de toda a Mesa da Assembleia, conseguimos agendar essa data para homenagear a Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico. O que vem a ser essa rede? Apesar de termos quase 300 comunidades terapêuticas que ajudam o governo do Estado nas políticas públicas de recuperação dos dependentes químicos, por meio de um decreto de 2006 abriu-se edital para cadastramento e habilitação das entidades. Foram credenciadas 29 entidades e, a partir daí, por meio de convênio com o Estado, dão suporte para tratamento dos dependentes químicos. Quantas e quantas vezes estivemos com essas entidades e com as famílias daqueles que estão precisando de recuperação! Hoje, se por um lado sabemos que a situação dramática do vício das drogas é um mal que assola o Estado, o Brasil e outros países, por outro lado temos hoje, em Minas Gerais, uma política pública sobre drogas que se destaca em todo o País. Como parlamentares, precisamos incentivar ainda mais o apoio do governo às comunidades terapêuticas, já que no Estado não há uma entidade oficial do governo que receba essas pessoas para tratamento. Então, na segunda-feira, teremos essa homenagem, e essas 29 entidades que compõem a rede estarão representando as demais que ainda não são credenciadas, mas realizam um excelente trabalho na recuperação dos nossos dependentes químicos. Concedo aparte, com muito prazer, ao nobre Deputado Célio Moreira, que dispensa justificativas para o considerarmos uma das referências na política sobre drogas no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Obrigado, Deputado Eros Biondini. Parabéns V. Exa. por ter solicitado, em requerimento, essa homenagem. Quero ressaltar a importância do trabalho de recuperação dos dependentes químicos, visto tratar-se de um projeto em defesa da vida. Vemos pais e mães suplicando, desesperados, pedindo, pelo amor de Deus, a recuperação dos filhos, e essas comunidades terapêuticas têm feito um trabalho de resgate da cidadania de homens e mulheres. A Subsecretaria Antidrogas, que tem à frente nosso amigo Clóves Benevides, também tem feito um excelente trabalho. Essa homenagem, da qual participarei, é mais do que justa. Junto a V. Exa. trabalho na recuperação dos dependentes químicos em várias comunidades terapêuticas. Estaremos aqui representando todos aqueles que defendem essa causa não só em Minas Gerais, mas também em outros Estados. Temos procurado levar a outros países a referência de Minas Gerais e do Brasil na recuperação dos dependentes químicos. Essa homenagem é justa. Essas comunidades tem pessoas à disposição; muitas delas são voluntárias, nada recebem pelo serviço prestado, e sabemos que esse trabalho deveria ser realizado pelos governos municipal, estadual e federal. O Governador Aécio Neves e o Vice-Governador Anastasia têm dado total apoio às comunidades terapêuticas, ajudando na recuperação desses nossos irmãos. Portanto, parabéns, mais uma vez, V. Exa. pela homenagem que se fará no dia 24. Convidamos todas as comunidades, todas as famílias que defendem essa causa para estarmos juntos aqui, na segunda-feira, às 20 horas, afim de prestarmos essa homenagem. Muito obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado, Deputado Célio Moreira. Ficamos felizes, Sr. Presidente, porque hoje não só recebemos pedidos de socorro, de ajuda das famílias para recuperarem seus entes queridos, como já começamos a receber cartas de agradecimento, cartas de jovens que estão em processo de recuperação.

O que acontece em muitas comunidades terapêuticas, em fazendas de recuperação? No processo de tratamento, aqueles que estão internados nessas comunidades escrevem, durante o dia - e isso faz parte do tratamento -, cartas às famílias reconhecendo o amor dos pais, a ajuda da comunidade. São cartas que o outro lado, o lado bom das pessoas, e a esperança que volta a brilhar nos olhos delas. Eu mesmo tenho tido a grande felicidade de, após encontrar pessoas que realmente estavam no fundo do poço, como falamos, receber cartas delas, agora pessoas restauradas.

Nós, que muitas vezes recebemos pessoas no nosso gabinete, que atuamos junto aos movimentos e segmentos sociais, frequentemente somos questionados quanto à conduta dos políticos em nosso país. Portanto, é muito importante que cada vez mais estejamos participando desses movimentos e, mais do que isso, estejamos valorizando aqueles que estão fazendo um bom trabalho. Se existe uma forma de mudar o nosso Brasil, é por meio da ocupação dos espaços que nele há, para valorizar aquilo que tem sido bom no País. No Estado de Minas Gerais, graças a Deus, quantas políticas públicas hoje têm resgatado a dignidade! Nós que temos possibilidade de viajar - como eu, na semana passada - 2.600km de carro, percorrer os Vales do Jequitinhonha, do Mucuri, a Zona da Mata, percebemos que, não obstante tanto sofrimento por que passa o nosso povo, as políticas públicas têm trazido esperança e desenvolvimento para o nosso Estado.

Gostaria, Deputado Célio Moreira, de pedir aos nobres colegas um empenho redobrado. Sabemos que a Norma 101/2001 da Anvisa realmente pede que as comunidades terapêuticas se adequem para receber os dependentes químicos e dar a eles tratamento digno e apropriado. Então, hoje, qual é a grande luta das comunidades terapêuticas que são vocacionadas a esse trabalho? Conseguir recurso e apoio tanto do poder público quanto da iniciativa privada e também doações da sociedade civil como um todo, para as construções e a aquisição de equipamentos e mão de obra qualificada, que permitam a essas comunidades estar adequadas à Norma 101 da Anvisa. Isso para que não haja nenhum tipo de dificuldade nas comunidades terapêuticas após receberem e alojarem lá, para tratamento, centenas de pessoas. Assim, não terão de mandá-las de volta para casa por não atenderem a Norma 101 da Anvisa, de 2001.

Portanto, nós, com as nossas emendas parlamentares, na votação do Orçamento, precisamos auxiliar o governo, precisamos ajudá-lo a ampliar esse apoio não só à rede complementar de suporte na atenção aos dependentes químicos, mas também às demais comunidades terapêuticas, como a Fazenda da Esperança, cujos trabalhos acompanho de perto, a terem total condição de, com a maior seriedade possível, dar aos internos - mulheres, homens, pais, jovens -, àqueles que querem sair do vício do álcool e das drogas a possibilidade de conseguir isso o quanto antes.

Apesar de serem 29 as comunidades terapêuticas que fazem parte da rede de suporte, gostaria, de maneira especial, de hoje nomear algumas que nos últimos dias nos ajudaram recebendo jovens que indicamos, do Vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas, da Zona da Mata e da Grande Belo Horizonte. Trata-se de jovens que estão dispostos a sair das drogas e foram acolhidos nessas comunidades.

Portanto, quero mandar um abraço à Comunidade Terapêutica Shalom, de Patos de Minas, à Fazendinha do Senhor Jesus, ao Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos Ebenezer, ao Centro Feminino de Paracatu, onde estive há poucos dias. Também estive na Apac de Paracatu e parabenezo-os pelo trabalho maravilhoso que têm realizado. Parabenezo a Fazenda Renascer em Cristo, fazenda masculina, em Monte Carmelo; a Comunidade Terapêutica Fazenda do Senhor Jesus; o Grupo Luz e Vida, de Paracatu; a Fazenda Esperança, de Três Marias; a Fazenda Amar a Vida, de Patrocínio; a Fazenda Vida e Renascer, de Conceição do Pará, da minha querida amiga D. Vera, guerreira na luta contra as drogas; a Terra da Sobriedade, em Belo Horizonte, do Ronaldo; o Credeq, do Pastor Wellington, masculino e feminino, em Sabará - um abraço a ele também; a Comunidade Terapêutica Renascer, de Cataguases, que também faz um trabalho maravilhoso; a Ampare, de Divinópolis, reconhecendo o trabalho e o zelo com que recebem e ajudam a recuperar aquela quantidade de jovens; a Fazenda da Esperança, feminina, em Poté, próximo a Teófilo Ottoni, onde estarei na próxima sexta-feira com meu querido Sr. Válter; o Centro de Recuperação Reviver, em Jaboticatubas, do Sr. Davi e do Marcão, com quem temos um contato muito íntimo também; e a Fazenda Resgate, de Curvelo. Essas entidades abriram, nos últimos dias, vagas para receber jovens que estão presas ao vício do álcool e das drogas, que pedem socorro e desejam, portanto, sair dessa situação.

Fica aqui nosso convite, para as 20 horas do dia 24. Queremos encher este Plenário, porque queremos valorizar as coisas boas que estão acontecendo e colocar nelas foco de luz. Precisamos tirar o foco de luz, algumas vezes, de situações de desesperança e colocá-lo em situação de esperança para nossas famílias.

Quero também agradecer ao Governador Aécio Neves, ao Prof. Antonio Anastasia, ao Cloves Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas, e a todos aqueles que têm dado as mãos para discutir este tema aqui na Casa e, mais do que isso, para propor soluções e auxílio às pessoas que precisam de ajuda, por meio de ações e projetos de lei.

Aguardo a maioria daqueles que aqui estão, as famílias e as entidades, na próxima segunda-feira, dia 24, quando homenagearemos a Rede Complementar de Suporte Social de Atenção ao Dependente Químico. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Deputado Ivair Nogueira, grande Deputado, Deputado Fábio Avelar, Deputado João Leite, dois assuntos me trazem a esta tribuna nesta tarde. O primeiro deles é o fato de, na última sexta-feira e no último sábado, a região do Centro-Nordeste mineiro ter tido a oportunidade e o prazer de receber nosso Vice-Governador, Antonio Augusto Anastasia, para uma visita a diversos dos seus Municípios. Ele esteve em Guanhães, depois seguiu para um almoço em São João Evangelista. Em seguida, fomos a Peçanha e a Virgínia. No sábado, ele esteve conosco em Sabinópolis, na inauguração de mais uma estrada do Processo, que ligou o asfalto à cidade de Rio Vermelho.

Foram inúmeras as visitas, que deixaram a população do Centro-Nordeste muito satisfeita. Primeiro porque há muito nossa região não recebia a visita de um Governador ou de um Vice-Governador de Estado. A última vez que isso aconteceu foi no início da década de 90, ainda com o Governador Eduardo Azeredo.

Segundo, porque, neste final de semana, pudemos apresentar ao Vice-Governador aquela região, que vive uma situação muito peculiar. Geograficamente ela está muito próxima do Jequitinhonha, do Norte de Minas e do Mucuri, mas, por questões de estudos macroeconômicos definidos, principalmente pela Fundação João Pinheiro, essa região não recebe o mesmo carinho e a mesma atenção que as outras, apesar de ter os seus índices sociais, quase que em sua grande maioria - pasmem, os Deputados e as Deputadas -, piores que os dessas regiões do Norte do Estado.

Pudemos levar o Vice-Governador à nossa região, quando mostramos nossas aflições e nossos problemas. Apresentamos a S. Exa. aquela população trabalhadora e determinada, que quer mudar a nossa região. Não nos vangloriamos de termos uma realidade pobre. Pelo contrário, queremos mudar essa realidade. E acho que o primeiro passo foi dado neste final de semana.

Quando o Vice-Governador esteve em Guanhães e em São João, ele pôde conhecer uma Minas que por anos esteve esquecida. Estiveram lá conosco mais de 15 Prefeitos, ao longo dessa caminhada, nesses dois dias de visita, e todos tinham um único discurso, prestigiar e valorizar a nossa região.

O Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião da Bacia do Suaçuí - Ambas -, Prefeito Hércules, de São João Evangelista, apresentou ao Vice-Governador uma carta com reivindicações da nossa região. A primeira delas é que se faça com que os Municípios da bacia

do Suaçuí integrem a região do Idene, que recebe um carinho todo especial da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas. Essa é uma reivindicação muito importante para nós, porque, se atendida, fará com que a atenção e o carinho que recebem as demais regiões também sejam dados à nossa.

Um outro pedido foi o de levarmos à região da bacia do Suaçuí, em especial à cidade de Guanhães, uma regional da saúde do Estado, ou seja, que seja criada uma Superintendência Regional de Saúde em Guanhães, porque a regional de saúde que hoje atende à nossa região é a mesma da cidade de Governador Valadares, que é a maior de todas no Estado, atendendo a inúmeros Municípios. Por conta disso, atende mal, deixando de cumprir aquilo que é a sua finalidade, de prestar serviço, consultoria, ajudar na elaboração de políticas públicas para a saúde dos nossos Municípios. Portanto, sugerimos ao Vice-Governador - e quem fez essa reivindicação foi o Presidente da Ambas - que seja criada essa regional de saúde na cidade de Guanhães, assim como foi feito com a educação, que hoje funciona muito bem nesse Município.

Mais que isso, solicitamos ao Vice-Governador um estudo atencioso para que a Copanor, a tão famosa "copasinha", cuja criação foi por nós discutida e aprovada há cerca de um ano, um ano e meio, possa atender aos Municípios da nossa região. A Copanor viria para ser a grande solução, a fim de melhorarmos a qualidade de vida da população e aplicarmos um grande contingente de investimento na nossa região, em especial na área de saneamento básico, que está diretamente ligada à qualidade de vida do cidadão.

Sr. Presidente, essas foram as principais reivindicações feitas ao Vice-Governador durante a sua visita.

De público, gostaria de agradecer ao Vice-Governador a disponibilidade e a disposição que teve em visitar mais de 8 Municípios, quase 10 Municípios, em apenas dois dias de viagem, na última sexta e no último sábado do final de semana que passou. A ele o meu agradecimento e o reconhecimento da nossa região, porque hoje, além de Minas ter um Governador e um Vice-Governador doutores em políticas públicas, mestres em administração pública, que estão servindo de referência para todo o Brasil, também possui um Governador e um Vice-Governador que têm disposição, determinação e garra para percorrer todos os quatro cantos do Estado, sem distinção relativa ao tamanho do Município ou do número de eleitores. A eles o meu muito obrigado pelo carinho e pela atenção dispensada à região do Centro-Nordeste mineiro, em especial a região da Bacia do Suaçuí.

O segundo assunto, Sr. Presidente, que me traz a esta tribuna nesta tarde diz respeito a uma sugestão, a algo que estudarei nos próximos dias, ainda mais porque me propus, como uma das minhas missões para os últimos anos do meu mandato na Assembleia Legislativa, a tentar apresentar ao Prefeito de Belo Horizonte - ao Sr. Márcio Lacerda, sugestões para amenizar o problema do trânsito, da mobilidade urbana da nossa Capital, da Capital de todos os mineiros, de Belo Horizonte.

Pude perceber que são inúmeras as cidades do mundo que hoje prestigiam os veículos que transitam pelas vias urbanas com mais de três passageiros. A sugestão que faço à BHTRANS, como companhia de engenharia de tráfego, é que comece a pensar na possibilidade de criar nas principais vias de Belo Horizonte - assim como já foram criadas e estão sendo expandidas as faixas exclusivas para transporte coletivo realizado por ônibus na nossa Capital - a faixa exclusiva para veículos que transportem mais de três passageiros. A sugestão que gostaria de dar à Prefeitura é que incentive o motorista belo-horizontino a andar com mais de três passageiros no veículo, consequentemente diminuindo o número de veículos que transitam diariamente na nossa cidade.

Não concordo com a adoção do rodízio de veículos. É bom que fique claro que a Prefeitura, pelo menos por enquanto, não pensa em colocar esse sistema em funcionamento em Belo Horizonte. Existe um meio termo; existe a possibilidade de incentivar o motorista belo-horizontino a andar com o seu vizinho, com a sua esposa e com os seus amigos no mesmo carro, se forem fazer um trajeto parecido. Quais poderiam ser as formas de incentivo por parte da Prefeitura de Belo Horizonte? Uma delas seria a construção de faixas exclusivas trata-se, na verdade, da destinação de faixas exclusivas pelo menos nos principais corredores da cidade a esses veículos com mais de três passageiros.

Deputados Elmiro Nascimento e Doutor Viana, o Sr. Prefeito de Belo Horizonte também poderia, institucionalmente, procurar o governo do Estado e solicitar estudo da Secretaria de Fazenda para, juntos, numa força-tarefa entre a Prefeitura e o governo do Estado, começarem a pensar num desconto no IPVA, que é um imposto estadual, mas que tem reflexos nos Municípios, para os veículos que comprovadamente, durante o ano, transitarem com mais de três passageiros. Essa é uma sugestão que dou ao Sr. Prefeito de Belo Horizonte e à BHTRANS. São soluções criativas e até audaciosas para muitos, mas só sugestões como essas é que irão amenizar o sofrimento de quem transita de carro por Belo Horizonte, que tem ruas estreitas, acanhadas e que não irá comportar, nos próximos cinco anos, o número de carros que já estão nas ruas e os que estão sendo comprados.

Tenho ficado rouco de falar aqui que Belo Horizonte só perde para a cidade de São Paulo em número de veículos comercializados anualmente. Deixo essa sugestão à Prefeitura de Belo Horizonte: que ela passe a elaborar um estudo visando incentivar, por meio da criação de faixas exclusivas, os condutores de veículos a transitarem com mais de três passageiros em seu interior. Era esse o recado ao Sr. Prefeito de Belo Horizonte, à BHTRANS, para que se elabore um estudo a respeito desse assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, o que me traz à tribuna nesta tarde é um tema a que me tenho dedicado há alguns anos e que está extremamente sintonizado com as grandes questões atuais da humanidade. Trata-se do conceito de desenvolvimento sustentável, na verdade um conceito em construção, porque disputado por vários segmentos, com interpretações distintas de parte dos próprios partidos, dos movimentos sociais ou mesmo do empresariado.

Nós, que acreditamos no desenvolvimento sustentável, também temos a nossa versão para ele. Na ampla literatura sobre o assunto, alguns teóricos afirmam que desenvolvimento sustentável é um pleonismo; ou seja, o desenvolvimento só pode ser sustentável, ou não é desenvolvimento. Outros afirmam que o século XXI ou será o século do desenvolvimento sustentável, efetivamente, ou será um século que não será concluído pela humanidade. Advogam a tese de que os recursos não são infinitos, portanto é preciso haver uma adequação desses recursos finitos, principalmente diante da voracidade do modelo de desenvolvimento em que vivemos, em que se consomem as matérias-primas finitas acima do que seria razoável, lidando com elas como se fossem infinitas e consumindo energia de forma frenética, acima do que o sistema de regeneração do planeta suporta.

Ao defender o desenvolvimento sustentável, também acreditamos nessa versão, que defende a necessidade de uma mudança de modelo de civilização, uma mudança nesse modelo em que se consome a energia de forma frenética e os recursos como se fossem infinitos, um modelo sustentado no lucro e no consumo muitas vezes artificial - ou seja, um modelo pautado por necessidades artificiais criadas para fomentar o consumo. Portanto, o modelo de desenvolvimento sustentável em que acreditamos e que defendemos é exatamente o que se pauta na mudança de padrão de produção e consumo e na mudança de modelo de civilização. Nossa interpretação se associa com algumas outras versões desse conceito, como o Conceito de Gaia, relativamente novo, ainda circunscrito a alguns círculos acadêmicos e movimentos sociais que protagonizam a luta de contraposição ao modelo neoliberal hegemônico. Pelo Conceito de Gaia, entende-se o planeta Terra como um superorganismo vivo, que se autorregula e autocontrola, criando as condições ótimas para garantir a sobrevivência das espécies assentada na maior biodiversidade possível. Trata-se de um conceito que entende que, quanto maiores as espécies que vivem nessa grande teia da vida no planeta, maior a sustentabilidade, a condição de cada espécie sobreviver individualmente. Essa é a nossa visão do desenvolvimento sustentável.

Disse tudo isso para justificar a bandeira do desenvolvimento sustentável local que estamos levantando, com vários atores, na minha cidade de Paracatu. Também estamos atuando, desde 2000, em um programa de desenvolvimento sustentável regional na Bacia do Rio Uruçua, que congrega esforços de muitas instituições, vários Ministérios e organizações do Estado e da Federação e várias instituições criadas para tentar responder a essa necessidade de um novo território e de uma ação territorial que transcenda as fronteiras dos Municípios. Esse programa trabalha no desenvolvimento territorial da Bacia do Rio Uruçua e conta com a participação da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Uruçua, do Sebrae, da Fundação Banco do Brasil, da Embrapa, do MDS, dos Ministérios da Integração, do Desenvolvimento Social, da Educação e da Cultura, do IEF, da Emater e de várias outras organizações. Junto às Prefeituras, por meio do Consórcio Intermunicipal do Vale do Uruçua, estão fazendo esse esforço de dinamização da economia e diversificação das atividades e cadeias produtivas, agregação de valor a esses produtos e busca de escala para facilitar sua comercialização, sendo quase todos oriundos da agricultura familiar no Vale do Uruçua.

Em 2000, tentamos fazer um trabalho similar na Bacia do Rio Paracatu, que infelizmente não avançou por dificuldades de congregar, nos diversos Municípios, forças políticas que dessem sustentação a essa iniciativa, que só vingará à medida que os três setores atuem de forma conjunta, seja o terceiro setor, da sociedade civil organizada, assim como o setor produtivo, empresas que atuam no comércio, indústria e agronegócio, nas suas diversas escalas - pequena, média e grande produção -, seja o setor público.

Portanto, a tarefa de promover o desenvolvimento sustentável será sempre muito delicada, uma tecedura, uma construção permanente, que exigirá uma postura democrática, de diálogo e de privilegiar o coletivo em detrimento dos interesses individuais. Promover o desenvolvimento sustentável é construir um processo de interação, de diálogo que pressupõe a democracia, a legitimidade e a representação democrática, que abre espaço para a representação e a ação diretas, ou não faria sentido. Pressupõe que os três setores estejam articulados e integrados e que haja busca de consenso e articulações mínimas, pactos sociais que agreguem e congreguem as forças dos três setores - sociedade civil, setor empresarial, setor produtivo - e o setor público.

Uma das dificuldades permanentes para se promover o desenvolvimento sustentável é exatamente a de se criar essa condição de diálogo e de espaço em que todos os interesses da sociedade estejam legitimamente representados e possam construir os pactos, os consensos necessários.

Em Paracatu não poderia ser diferente. Ao longo dos anos, já houve muitas tentativas de se desencadear um processo de desenvolvimento sustentável. Infelizmente, até aqui não obtivemos sucesso. Acreditamos, Sr. Presidente e Deputado Padre João, que estamos agora diante de um momento novo na cidade, com vários agentes abertos e dispostos à cooperação. Não é consideração particular: a literatura especializada preconiza a existência de um clima de confiança entre os diversos agentes para que se estabeleça um processo de desenvolvimento sustentável. Isso porque é fundamental que haja plena abertura que propicie a participação dos diversos agentes. Para que isso aconteça, é fundamental também que haja confiança, que as pessoas e as lideranças que se disponham a conversar e construir um processo de desenvolvimento sustentável confiem umas nas outras e estejam abertas ao diálogo, para buscar os pactos, os acordos mínimos, em que as forças dos agentes possam atuar numa só direção, confluindo para aquilo que é fundamental para se promover a melhora das condições de vida da sociedade, diversificar as atividades produtivas e favorecer e ampliar as oportunidades para todos.

Para quem não conhece, a nossa querida Paracatu é uma cidade antiga, ainda do Ciclo do Ouro. Como já disse aqui algumas vezes, a história de Paracatu lembra uma frase do Guimarães Rosa, que, no "Grande Sertão: Veredas", fala que pica-pau voa duvidando do ar, em virtude do movimento oscilatório dessa ave. O sobe e desce do voo do pica-pau sugere o movimento de ondas.

A história de Paracatu teve uma onda favorável no Ciclo do Ouro, na época do Brasil Colônia, quando uma pujança econômica e cultural marcou o nascimento, o fortalecimento e o crescimento do Município. Logo após o final da exploração das jazidas de ouro, houve uma longa época - décadas e séculos - de decadência econômica e cultural. Hoje a nossa argumentação é exatamente esta: pelo fato de a cidade já ter vivido um momento como esse, de exuberância econômica e cultural e, depois, ter assistido à decadência, não temos o direito, pelo menos em Paracatu, de deixar que essa história se repita.

Falamos isso porque estamos vivendo novamente, Sr. Presidente, um momento de exuberância econômica e cultural em Paracatu. E temos afirmado que esse processo, infelizmente, tem um grau de artificialidade muito grande, porque 30% da movimentação econômica da nossa querida Paracatu vem de um novo ciclo do ouro, de um novo momento em que o ouro voltou a ser explorado, agora não mais como antigamente, através da fiação e do garimpo, com a utilização de mão de obra escrava, mas com a tecnologia de ponta das grandes empresas mineradoras de capital internacional que estão, nas últimas três décadas, explorando principalmente o ouro e também o zinco, no caso do Grupo Votorantim.

Quem já viveu um momento como esse e assistiu à decadência não pode errar novamente nem permitir que, ao final da exploração do minério, do ouro e do zinco, a nossa Paracatu entre em decadência econômica, com o risco, certamente, de entrar também em decadência cultural.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, gostaríamos de dizer que é muito importante e único este momento em que as lideranças percebem a oportunidade de organizarem-se para promover o desenvolvimento sustentável local e construir um plano de desenvolvimento que seja entendido e percebido pelo conjunto da sociedade como o plano da comunidade, da cidade e de toda a população. Após desencadear o primeiro seminário e fórum de desenvolvimento sustentável de Paracatu - aliás, não é o primeiro, pois já houve outras tentativas -, esperamos criar as condições efetivas para que esse trabalho não seja mais interrompido e também para que seja adotado como o plano efetivo da atual administração, dos Vereadores e de todas as lideranças representativas, nos diversos espaços de representação e liderança da comunidade, a fim de garantirmos que, ao final da exploração do minério, Paracatu não volte a sofrer as intempéries e os revezes que sofreu no passado, quando da extinção das jazidas de ouro no Brasil colonial.

Acreditando nisso, Sr. Presidente, manifestamos a nossa disposição em colaborar principalmente junto ao terceiro setor e à sociedade civil organizada, para mobilizar, sensibilizar e garantir participação qualificada em todo esse processo e, também, para que o plano de desenvolvimento sustentável de Paracatu que surgirá desse esforço seja efetivamente o espelho que reflete o sentimento e o desejo da nossa comunidade. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, companheiro Deputado Almir Paraca e telespectadores, minhas saudações. Na verdade, considero dois assuntos de grande relevância, os quais são lutas antigas, Deputado Almir Paraca. Confesso que, como integrante do PT, tinha vergonha de tratar desse assunto, sobre o qual vimos brigando, com muita insistência, durante longo tempo. Refiro-me à chacina de Felisburgo ocorrida em 20/11/2004. Até que enfim enxergamos um horizonte. Várias vezes falamos sobre esse assunto em audiências, seja com o Ministro Luiz Dulci, seja com a Ministra Dilma Rousseff. Parece-me que, na penúltima vez em que ela veio a Belo Horizonte, apresentamos-lhe este desafio para nós e para o governo, e também passamos ao próprio Presidente Lula e ao Ministro Patrus Ananias um anseio do movimento social dos sem-terra de garantir a justiça no Acampamento Terra Prometida, no qual os sem-terra estavam desde 2001 ou 2002.

Precisamente no dia 20/11/2004, 18 pistoleiros entraram no acampamento, assassinaram cinco trabalhadores, destruíram todo o acampamento e a escola. Até então a desapropriação não tinha acontecido.

Ontem o Presidente Lula determinou aos órgãos e ao próprio Ministério que tomassem providências, solicitando que se fizesse o mais rápido possível a desapropriação. A propriedade é um direito desde que se cumpra a função social. Toda e qualquer propriedade tem de cumprir a sua

função social. Quando não é cumprida, é dever do Estado fazer valer. Nesse sentido tenho esperança de que, num momento próximo, faremos justiça: garantia de terra para quem, de fato, trabalhará a terra. Adriano Chafic se diz proprietário da área, mas, na verdade, as terras eram consideradas devolutas.

O que sabemos é que não só ali, mas em toda a região, como grande parte do Norte do Jequitinhonha, as terras foram griladas. Por exemplo, são propriedades de 30ha que, após serem registradas no cartório, foram transformadas em 3.000ha. Percebe-se que esses artifícios continuam ocorrendo, tanto no Norte como no Jequitinhonha, como também em partes de terras que estão nas mãos dessas empresas. Eles vão lá, compram uma pequena propriedade e, depois do registro, ampliam o tamanho dela. De fato, diante dessa situação, cabe fazermos uma CPI. Há suspeitas de que foram feitas pelo próprio Adriano Chafic.

Finalmente o Presidente Lula fez um grande gesto para o Estado de Minas Gerais, ao determinar que sua equipe tome as providências no que se refere à desapropriação da fazenda em Felisburgo, destinando-a à reforma agrária.

Outro fato relevante que aconteceu ontem foi a determinação do Presidente Lula de rever o índice de produtividade. Sabemos que há propriedades, e, há muitos anos, as análises eram feitas de acordo com a cultura, com a pecuária ou conforme o rendimento daquela propriedade por hectare. Trata-se de estudos bem feitos.

Agora, a revisão vem numa grande disputa. A terra sempre foi alvo dessa disputa, mas, de um tempo para cá, a água também está sendo, e não de maneira discreta, mas descaradamente. Muitas empresas vêm privatizando os rios, fazendo disso uma forma de ganhar adesão popular falsa no que tange à necessidade da produção de energia elétrica. Na verdade, o que está por trás é a apropriação de áreas não só dos rios e dos próprios recursos hídricos, mas também das terras do entorno, sempre as mais férteis.

Quando esse índice de produtividade é revisto, o que acontece? Se uma propriedade tem condições de manter 100 cabeças de gado - isso num estudo muito ultrapassado -, a atualização, a revisão desse estudo pode demonstrar que tal propriedade tem condições de manter 200 cabeças de gado, ou mais, sem ser degradada. Se possui 100 cabeças, poderá ser considerada improdutivo, pois está produzindo muito aquém do que poderia.

Assim, o que avança abre não uma janela, mas uma porta para a reforma agrária no País. Então, tem de se fazer a revisão de muitas propriedades. Hoje muitos têm a posse da terra como luxo. Às vezes possuem uma grande fazenda só para dizer que têm uma grande fazenda, poder, "status", e não para dar a ela a sua função natural, a função social que a própria lei assegura.

Essa revisão é de grande importância. Assim, com certeza, poderemos avançar ainda mais com a produção de alimentos, aliada ao clima e mesmo às diversidades do Brasil. Olhamos para Minas e encontramos também diversidades que são a riqueza deste Estado. Deve-se levar em conta também os recursos hídricos. Embora o termo "recursos" se encontre na lei, talvez não seja demonstrado com tanta justeza como sendo a riqueza, o patrimônio, a criatura essencial à vida, fonte de vida, a água. Então, essa riqueza nos possibilita avançarmos muito na produção. Quando dermos uma destinação para a questão da reforma agrária, contemplaremos os mais pobres, aqueles que nunca tiveram acesso à terra. Quando disponibilizamos a terra para uma pessoa que de fato queira trabalhar, com certeza estamos atacando pela raiz uma série de problemas, como a violência, a concentração de pessoas nos centros urbanos, a falta de empregos, a baixa produção de alimentos. Se há maior produção, garantimos também a acessibilidade ao alimento para os que não produzem. A concentração de terras é um grande problema que vem-se arrastando há 500 anos, desde a época das Capitânicas, com a concessão das sesmarias. Isso ainda continua. Em Minas Gerais as terras devolutas ainda continuam concentradas nas mãos de grandes empresas, enquanto os trabalhadores são enxotados para o Triângulo Mineiro e para São Paulo, na safra da laranja ou da cana. Há uma concentração da monocultura, que não gera empregos, sobretudo a monocultura do eucalipto, em que, com o avanço da tecnologia, há máquinas que substituem o trabalhador. Uma máquina substitui o trabalho de cerca de 80 homens no plantio, no corte e no transporte do eucalipto.

Tudo é feito com equipamentos e máquinas, descartando o ser humano, numa região que precisa garantir condições de emprego e renda para aquelas pessoas, para consolidar a família, que se desagrega na época das colheitas. Em nome dos trabalhadores sem terra, ousou agradecer ao Presidente Lula o que aconteceu ontem, garantindo justiça e fazendo reparação. Na verdade, nunca haverá uma reparação integral, porque cinco vidas foram ceifadas naquele conflito. Eram trabalhadores que estavam lá há dois anos e foram assassinados brutalmente. A chacina de Felisburgo foi uma vergonha para nós. Houve o reconhecimento do Presidente em garantir pelo menos aos familiares o poder de trabalhar naquela terra. O índice de produtividade abre uma grande porta para fazer avançar a reforma agrária. Infelizmente, são poucos os Prefeitos que têm essa visão. Ainda existe muito preconceito em relação à reforma agrária. Quando de fato a terra é destinada a trabalhadores, há avanços para o Município. Famílias que às vezes eram assistidas pelo próprio Município ou por programas de governo, também em âmbito federal, passam a ser produtoras e a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos demais cidadãos. Em vez de dependentes, passam a ser sujeitos, num processo de justiça e de dignidade para todos no País. São essas as nossas considerações, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente, honra-me sobremaneira pronunciar-me tendo V. Exa., Deputado Sargento Rodrigues, como Presidente da Mesa dos trabalhos. Em função do nosso bom relacionamento, das ações que praticamos conjuntamente, é realmente uma honra falar tendo V. Exa. na Presidência.

Ocupo a tribuna, neste momento, para fazer dois agradecimentos importantes. O primeiro deles é dirigido à equipe de governo que cuida do programa Luz para Todos em Minas Gerais; ao Dr. Fernando Schuffner, Diretor de Distribuição da Cemig; ao Ricardo Charbel, que comanda o programa; e também ao Paulo Menicucci e ao Dr. Higino, que participam do relacionamento com os Prefeitos Municipais e com a Emater, de forma a tomar todas as providências para iniciar, de forma mais arrojada, a segunda etapa do programa. Estive lá, verifiquei, acompanhei e pude apresentar à direção do programa, em Minas Gerais, a reivindicação de que toda a parte técnica, de controle e de avaliação se deslocasse para Teófilo Otôni, Almenara ou Araçuaí, uma vez que mais de 80% das ligações a serem feitas ocorrerão naquela região, em Governador Valadares.

Lamentavelmente, algumas empresas que trabalham no Luz para Todos ainda teimam em ficar longe do local onde vão trabalhar. E não se justifica mais estar em Valadares a centralização desses serviços, por isso fomos à direção da Cemig pedir que ocorresse essa transferência da parte técnica e do comando operacional das ações do Luz para Todos para que não aconteça o que ocorreu no passado. Em várias situações e oportunidades, mostramos aqui equívocos cometidos no princípio, quando alguns Municípios tiveram muitas ligações, alguns nenhuma e outros poucas, em função de uma questão de logística e de estratégia do próprio programa Luz para Todos. Hoje o programa Luz para Todos está sob o firme comando de Fernando Schuffner, Ricardo Charbel, Paulo Menicucci, Dr. Higino. Em Teófilo Otôni, com o comando sendo entregue ao Dr. Debson Deón, penso que as coisas vão funcionar um pouco diferente.

No entanto, meu caro Presidente, aproveito para fazer um apelo ao governo federal, que a última fase do Luz para Todos seja assinada rapidamente, uma vez que se sabe que o número de ligações a serem feitas no Estado de Minas Gerais, mesmo com essa segunda fase, não se completará. É necessário que se formate um novo programa. A Cemig já fez a solicitação à Eletrobrás, e é preciso que a Eletrobrás resolva. Para essa segunda fase, passem os telespectadores, a Cemig entrou com um pedido em janeiro de 2007 e somente agora, em maio de 2009,

foi feito o convênio. Não podemos esperar um ano e meio para fazer um convênio. As obras da segunda fase estão em andamento, e é necessário que se estabeleça, de imediato, uma programação para a última fase do programa Luz para Todos, levando em conta que o ano que vem é um ano eleitoral, quando não poderemos contratar a partir de uma determinada data. Por isso é preciso que todos esses convênios e contratos estejam formatados, delineados e definidos com antecipação, para que o programa não seja paralisado. Embora a Cemig tenha ultrapassado todas as metas colocadas inicialmente no programa Luz para Todos, verificou-se posteriormente que os dados levantados em julho de 2004, que foram base para o programa, estavam equivocados em relação à dicotomia existente entre o que era para ser e o que realmente seria. Na verdade, o convênio firmado pela Eletrobrás com a Cemig dizia que o programa seria para ligar cada propriedade rural. No entanto, no meio do caminho, ficou definido que seriam ligadas todas as casas rurais, com isso o número de ligações se esgotou, sem se ter completado o número de propriedades rurais. Então, para complementar, Sr. Presidente, estamos solicitando e rogando ao governo federal que não demore um ano e meio - como aconteceu da primeira para a segunda fase - para formatar e assinar o convênio com a Cemig, e as obras não tenham solução de continuidade.

A segunda homenagem que faço é para o Dr. Márcio Nunes, da Copasa; o Márcio Kangussu, Presidente da Copanor; o Frank Deschmp, seu braço direito; o Dr. Antônio Ivan e o Dr. Paulo Fernando, Superintendentes da Copasa; o Dr. Toé e o Dr. Fernando Barbosa, da base da Copanor, em Teófilo Ottoni. Ainda gostaria de dizer da minha alegria de ter visitado 48 Municípios da minha região; de ter encontrado, em mais de 30 desses Municípios, obras em andamento das redes de esgoto, da rede de água e, em alguns, até a prospeção da construção da estação de tratamento de esgoto e da estação de tratamento de água. É uma grande alegria poder ver esse projeto funcionar.

Também quero agradecer ao Governador Aécio Neves por ter ouvido os nossos apelos e ter, aliás, enviado para esta Casa em 2007, e que aprovamos em tempo recorde, em menos de 60 dias, o projeto da criação da Copanor. E aqui vai uma peroração, um outro pedido: estamos com um problema grave, em função da situação de regiões limítrofes da área onde a Copanor está trabalhando, especialmente o Vale do São Mateus e a confusão existente entre as cidades que pertencem ao Vale do São Mateus e ao Vale do Rio Doce.

São cidades muito próximas umas das outras, Itambacuri, Campanário, Jampruca, São José do Divino, Frei Inocêncio, Pescador. Embora muito próximas, muito juntas, não fazem parte da mesma bacia. Algumas serão atendidas pela Copanor, outras não, o que é ruim, porque deveria ser considerada a área geográfica, não apenas a bacia. O problema de pobreza é o mesmo. Aqui faço um apelo ao governo do Estado, à direção da Copanor, a fim de que essas cidades dessa região ainda pouco definida - se são ou não da Bacia do São Mateus, da Bacia do Rio Doce - sejam incluídas, sim, na Copanor. E que se facilite a inclusão delas no programa Travessia; são dois programas importantes do governo para as regiões mais pobres de Minas Gerais.

O outro comentário, Sr. Presidente, senhores telespectadores, é que ontem tive a aventura de apresentar o Prefeito de Nanuque, Nide Brito, ao Governador, que já o conhecia de outras épocas, mas não como Prefeito. Nide Brito já havia sido Prefeito, por duas vezes, da 2ª maior cidade do Nordeste mineiro, Nanuque, a 2ª mais importante, com o 2º maior colégio eleitoral. Ele também foi Diretor da Cemig. Agora Nide enfrenta uma situação um pouco diferenciada na sua Nanuque, na nossa Nanuque. Toda a estrutura da Prefeitura foi depauperada em função de uma briga judicial de cassação de mandato de um Prefeito - tira prefeito, coloca Prefeito. A cidade realmente se arrebitou. É uma cidade micropolo importante, que necessita de uma defesa permanente nesta Casa e junto ao governo do Estado. Por isso fiz questão de dizer ao Secretário Agostinho Patrús e ao Governador, ao apresentar o Nide Brito, que precisamos fazer um esforço conjunto a fim de dar à 2ª maior cidade do Nordeste mineiro o suporte necessário para que a Prefeitura saia dessa situação de estagnação econômica, sobretudo de caos administrativo. Graças a Deus, as mais de vinte inadimplências, todas elas foram eliminadas. Ontem tivemos a felicidade de ter o último certificado, dizendo que Nanuque agora está apta a receber recursos do Estado. Portanto é necessário buscarmos hoje esses recursos, de maneira ágil, rápida, para recompor a cidade. Uma cidade que, no passado, deu exemplo a Minas Gerais ao implantar uma usina de álcool, na época do Proálcool; uma usina de álcool em Serra dos Aimorés, uma em Nanuque, três em Carlos Chagas, pequenas, é bem verdade. Acreditou no programa Proálcool, que foi à falência, reestruturou-se, reorganizou-se, começou a produzir, e hoje a Alcana está em situação financeira difícil. Então os problemas em Nanuque se acumulam de tal sorte que é necessário que façamos um apelo ao Governador do Estado para amparar, de forma diferenciada, a cidade de Nanuque, não apenas com a emenda desse parlamentar.

O último assunto que vou tanger, Sr. Presidente, é em relação à velha peroração que fiz aqui, em 2007, quando eu falava da necessidade de as regiões do Nordeste mineiro, o Norte de Minas, e também o Noroeste poderem contar com uma ferrovia. Eu descrevia o meu sentimento, levando em consideração que, em 1876, Theóphilo Benedicto Ottoni, por intermédio do engenheiro Antônio Teive de Argolo, português, conseguiu começar a construção, concluída em 1914, de uma ferrovia chamada Estrada de Ferro Bahia-Minas, ligando Caravelas, na Bahia, ao interior do Vale do Jequitinhonha, ao coração do Vale do Jequitinhonha, que é a cidade de Araçuaí. São 475km, e Ottoni não ficou famoso por essa ação, embora tenha construído três vezes mais ferrovias do que o Visconde de Mauá.

Na época da Junta Militar, a Ditadura erradicou de forma criminoso essa estrada de ferro, porque não era o ramal. O decreto mandava erradicar ramais deficitários, e ela era uma estrada inteira e até incompleta, pois pelo projeto ela seguiria até Montes Claros. Hoje podemos ter a satisfação de relembrar os companheiros que, naquela época, até achavam interessante eu estar defendendo a estrada de ferro - alguns riam da nossa proposição. Nos dias de hoje, já há a possibilidade de viabilização feita com base em estudos que realizamos quando eu era Secretário Adjunto de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos. Fizemos o Projeto Leste, o mapeamento geológico desde a região do Rio Doce até a divisa com a Bahia e pudemos, naquela oportunidade, descobrir jazidas de granito, de minério de ferro, de chumbo, de estanho, de calcita, de caulim, de calcário e de grafita. Há dois exemplos práticos: temos hoje em Medina 3 teares de granito, mais alguns outros espalhados pela região e 48 empresas que geram mais de 1.500 empregos diretos somente com o granito. A partir da descoberta de outra jazida de grafita - existia uma empresa em Pedra Azul que explorava grafita e era a maior do Brasil -, temos em Salto da Divisa hoje uma jazida sendo explorada que é o dobro daquela. E agora, mais recentemente, há pouco mais de um mês, a Votorantim, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, e também outras empresas, anunciaram o interesse de explorar, a partir de 2011, aquilo que os jornais chamaram de megajazida de minério de ferro no Vale do Jequitinhonha, identificada apenas em três Municípios - Porteirinha, Grão-Mogol e Salinas -, nada menos que 12.000.000.000t.

Peço vênia, Sr. Presidente, para ler um trecho do que está escrito nos jornais, especialmente no "Diário Oficial". (- Lê:) "Com o apoio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia, além do Instituto de Desenvolvimento Integrado, está sendo preparada a implantação de um novo Polo Mineral no Vale do Jequitinhonha, fruto da luta de tantos anos de Getúlio Neiva. O projeto vem sendo desenvolvido por empresas detentoras de direitos minerais na região, entre elas a Vale, Companhia Siderúrgica Nacional, o Grupo Votorantim, a Transminas, a Minas Bahia - Miba - e a Gema Verde, que pretendem construir um complexo industrial com mina, usina, ferrovia ou mineroduto e porto, com capacidade para geração de 10 mil novos postos de trabalho. Além de extrair, o Consórcio Novo Horizonte pretende também beneficiar o minério proveniente da reserva estimada inicialmente em mais de 12.000.000.000t. O Subsecretário de Desenvolvimento Mineral-Metalúrgico do Estado, Paulo Sérgio Ribeiro, explicou que a intenção do Estado é dar tratamento especial ao projeto para possibilitar ao consórcio a agregação de valor ao minério de ferro e minerais dentro do Estado, ao invés da exportação de toda a matéria-prima.

Por meio da Sede e da Sectes, o governo de Minas se empenhará para liberar recursos."

Não me alongarei porque o meu tempo já acabou. Somente mais um pouquinho, Sr. Presidente, peço vênia para complementar.

"O geólogo Luiz Barroso Magno, da Miba, informou que o potencial geológico da região pode chegar a 20.000.000.000t em cerca de 20 Municípios, o que coloca essas jazidas entre as maiores do mundo. Segundo os técnicos, além do Quadrilátero Ferrífero, não existe no mundo concorrente à altura desse polo mineral, em termos de quantidade de reservas e tipo de minério. Carajás não será concorrente do polo, cujas

reservas são de apenas 4.000.000.000t de 'sinter feed', minérios finos."

Para viabilizar a implantação do novo polo, será necessária a atuação do governo do Estado, e é preciso que intervenhamos. No entanto, Sr. Presidente, aqui há uma advertência que fiz na semana passada e que complementarei: os Prefeitos daquela região, por meio da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri - Amuc -, da Ameg, Ambaj, Amag, essas entidades que representam os Prefeitos, precisam mobilizar-se, porque a opção das empresas que fizeram esse consórcio está entre um mineroduto e uma ferrovia. O mineroduto resolverá o problema da empresa; a ferrovia resolverá o problema da economia de todo o Nordeste mineiro, com reflexos imediatos e diretos no Norte e no Noroeste do Estado.

É este o apelo que venho fazer, eis porque pedi vênua a V. Exa. para ultrapassar o prazo do meu tempo. Acho que, de fato, esta é uma oportunidade única. Há mais de 20 anos luto por essa causa. E agora estou vendo aparecer no horizonte a solução para os problemas da nossa região. Não queremos continuar a ser os esmoleres dos recursos públicos. Queremos caminhar com nossas próprias pernas. Certamente essa megajazida de minério de ferro nos dará oportunidade de começar um tempo novo, para a redenção do Nordeste mineiro. Muito obrigado.

70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/8/2009

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores que acompanham as atividades da Casa pela TV Assembleia, senhores da imprensa, senhoras e senhores, costume dizer e defendo que este local, que esta tribuna, não deve ser um lugar apenas para lamentar, apontar falhas, criticar; deve também ser um local onde se façam proposições, onde haja atitudes dentro de um processo construtivo, e não apenas do ponto de vista da crítica ou de apontamento de falhas.

A minha presença aqui se justifica por dois requerimentos que recentemente protocolei nesta Assembleia Legislativa. O primeiro deles tem como objetivo propor que a MGS, empresa pública que realiza processo de seleção e contratação de pessoal para o Poder Executivo Estadual, para algumas de suas autarquias, para algumas das empresas públicas do Estado, possa também realizar o mesmo processo seletivo e as contratações em nível de Municípios. Para isso é necessário que se mude a lei que criou a MGS, permitindo-se, assim, que ela, mediante convênio com os Municípios, contrate pessoas para o serviço público municipal.

Justifico o requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o seguinte argumento: os Municípios enfrentam, neste ano, uma das piores fases da história do municipalismo.

Por quê? Quando o governo federal, vislumbrando os efeitos da crise mundial, lançou mão de desonerar o IPI de diversos produtos, inclusive dos veículos, naturalmente tirou parte expressiva do FPM. É natural que o Município que já tinha-se planejado dentro da visão do ano anterior, neste instante esteja infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal com o pessoal, acima dos 54% permitidos. Um servidor que recebe R\$461,00 chega a custar aos cofres do Município algo em torno de R\$1.150,00, quando o Município lança mão de uma empresa particular prestadora de serviço de contratação de mão de obra. Isso quer dizer que, se contratado por meio da empresa pública MGS, esse custo chegaria a R\$700,00 e, se contratado por meio de uma firma prestadora de serviço de contratação de mão de obra, ficaria quase o dobro do valor a que estou me referindo.

Portanto, encaminho requerimento à MGS para que reflita sobre o assunto e, sendo possível, peça que modifiquemos a lei, permitindo a assinatura de convênios com os Municípios.

Vale ressaltar outra questão: os Municípios, quando fazem a contratação direta, ainda que temporária, enfrentam hoje forte pressão do Ministério Público, que quer a realização de concurso público até mesmo para serviços de caráter ou de natureza temporária. Então, proponho que a MGS reflita e que se mude a lei, permitindo-se que ela contrate também mão de obra para os Municípios. Estes, por sua vez, fariam o pagamento do valor correspondente aos contratos realizados por convênio, não havendo, portanto, prejuízo para nenhum dos dois lados.

Quero também lembrar que apresentei um projeto com esse objetivo para que a MGS pudesse modificar a lei, mas estou optando agora pelo requerimento, por entender que a iniciativa de mudar a estrutura de poder do Estado não passa por iniciativa parlamentar, e sim por iniciativa do Executivo.

O outro assunto que quero abordar, aproveitando a oportunidade, é da mesma natureza e forma que um requerimento, estou pedindo à Assembleia o encaminhamento ao Senado Federal, mais especificamente ao Senador Osmar Dias, de manifestação de aplauso pela iniciativa desse ilustre Senador da Proposta de Emenda à Constituição nº 41. Essa proposta diz o seguinte: "Acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Municípios 10% do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico". Isso quer dizer que o Senador Osmar Dias, nas suas justificativas e no seu discurso de encaminhamento, que acompanhei, procurou mostrar ao Senado Federal que os Municípios enfrentam hoje, em razão da desoneração do IPI e da modificação da tabela do Imposto de Renda, sérias dificuldades para manter os serviços essenciais à população. Na sua justificativa, o Senador pondera que o governo federal, ao desonerar o IPI de alguns produtos, entre estes os veículos, ou reduzi-lo, automaticamente reduziu o que havia de mais importante no FPM, inviabilizando diversas atividades já programadas e muito cobradas dos dirigentes municipais. É no Município que as questões acontecem, que as pessoas vivem, que as ações sociais são praticadas.

No atual estágio, com o FPM no patamar em que se encontra, com a desoneração do IPI em diversos produtos, o que se refletiu também no ICMS, já que sobre a circulação das mercadorias incidia o tributo estadual, há dificuldades. Hoje está incidindo sobre um valor infinitamente menor, trazendo para os Municípios enormes dificuldades.

O primeiro requerimento pretende que a MGS modifique a lei que a constituiu, permitindo que sejam feitas contratações também para o serviço público municipal, mediante convênio. O segundo requerimento refere-se à manifestação de aplauso ao Senador Osmar Dias, para que ele continue preocupado e empenhado em determinar data para votação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2005.

Ao ler o texto dessa emenda, pude perceber a prudência com que agiu o autor ao apresentá-la. Ela entraria em vigor a partir do ano seguinte, por tratar-se de matéria de natureza tributária, demonstrando toda a preocupação que qualquer proposição séria deve ter.

São, portanto, Sr. Presidente, dois requerimentos, que simplesmente têm caráter propositivo, de modo a permitir que os Municípios mineiros deem continuidade às ações que vêm praticando e, quem sabe, até as ampliem, porque hoje, da maneira como as coisas estão, nenhum Prefeito pode fazer projeção de governo para os próximos três meses, principalmente porque não há mais controle. Resta saber quanto de quanto se recebe do FPM, quanto de quanto é transferido de ICMS. Fica sempre essa pergunta. Estabelecendo-se uma regra clara como na Proposta de Emenda à Constituição nº 41, do Senador Osmar Dias, os Municípios poderão refletir, planejar, projetar e, quem sabe, dar sequência a atividades essenciais para a população.

Percebo que o Deputado Carlin Moura quer fazer uma intervenção. Gostaria de ouvi-lo neste momento, já que meu tempo ainda o permite.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Sebastião Costa, primeiramente cumprimento V. Exa. pela iniciativa. Os dois requerimentos são bastante pertinentes. Num primeiro momento, no que diz respeito à MGS, parece-me acertado o entendimento de V. Exa. de que se deve ampliar a possibilidade de atuação da empresa, tendo em vista que, criada para terceirizar serviços, possui grande número de trabalhadores. Obviamente, à medida que se ampliar o mercado de trabalho para esses trabalhadores, haverá avanço.

Chama minha atenção o fato de o governo de Minas Gerais agir na contramão disso. Os próprios órgãos da administração direta do Estado, suas autarquias, como a Copasa e a Codemig, têm rescindido seus contratos com a MGS. Para terem uma ideia, nas atividades do Centro Administrativo deixou-se de firmar contratos com essa empresa. A Copasa também está extinguindo seus contratos, o que coloca em risco o emprego de várias pessoas que participaram do processo seletivo e estão no quadro de reserva da MGS. Seus empregos estão ameaçados.

A própria MGS tem apresentado comportamento discutível. Quando o processo seletivo é feito, para os trabalhadores serem demitidos, é preciso haver uma comissão de avaliação, a qual verificaria se seria caso de demissão. Nada disso tem sido observado. Os trabalhadores da MGS estão, sem dúvida nenhuma, em situação muito delicada. O requerimento de V. Exa é muito pertinente, mas acho que precisamos fazer uma discussão mais profunda sobre a situação da MGS, especialmente sob a ótica dos trabalhadores que lá estão, que passaram pelo processo seletivo, estão no cadastro de reserva e hoje veem seu emprego ameaçado.

A preocupação de V. Exa. com os Municípios também é importante. Temos de entender que a situação dos Municípios e do Brasil como um todo melhorará com o crescimento econômico. Os últimos indicadores da macroeconomia mostram que o Brasil volta novamente ao ritmo do crescimento econômico. Os últimos indicadores econômicos apontam o final de 2009 e especialmente 2010 com uma perspectiva melhor.

Só teremos tributo para dividir se o Brasil voltar a crescer novamente. O Presidente Lula tem tido muito essa preocupação. O crescimento econômico é a chave para salvar os Municípios e a economia do Brasil.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, estou concluindo. Respondendo, o requerimento sobre a MGS já permitiu que o assunto fosse abordado e discutido aqui. Quanto ao outro requerimento, acho que a iniciativa do Senador Osmar Dias vai além da própria questão do crescimento abordada pelo Deputado Carlin Moura, ou seja, ela distribui também parte de receitas que hoje não se incorporam ao FPM. Por isso, eu entendo que ela é importante, porque todos os governos, quando enfrentam qualquer crise, lançam mão de uma nova contribuição. Mas ninguém transforma a contribuição em tributo. Ele está propondo que as contribuições se incorporem também ao FPM, o que é, além de necessário, justo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, faço uma saudação especial aos que nos acompanham também na galeria e pela TV Assembleia. O assunto que trago à tribuna diz respeito a uma situação de fato delicada, que acompanhamos desde antes de assumirmos o mandato, em 2003. Temos acompanhado muito de perto os avanços das hidrelétricas e das pequenas centrais hidrelétricas - PCHs. Confesso que tive de reconsiderar o meu posicionamento, o meu conceito em relação às hidrelétricas e às PCHs.

Inicialmente, camarada Deputado Carlin Moura, eu até achava, sobre as PCHs, que, por serem pequenas centrais, os impactos seriam menores, tanto os sociais quanto os ambientais e, conseqüentemente, os econômicos. Então, elas têm impacto econômico negativo na comunidade pelo fato de, na maioria das vezes, a área de inundação ser menor.

Hoje tenho clareza de que estava equivocado em relação às PCHs. Por quê? O outro grande problema em relação ao impacto para o Município é o aspecto econômico.

O empreendedor chega e diz à comunidade, ao Prefeito, aos Vereadores, às lideranças formadoras de opinião que se trata de um grande empreendimento para o Município e até para a região. Diz ainda que os impactos seriam reduzidos por uma compensação muito superior às condições naturais e do momento presente.

Primeiro, sobre a questão ambiental, é impossível um empreendimento que não use os recursos hídricos, a água, situados sempre nas áreas das cachoeiras, porque os pontos-alvo das PCHs são justamente as quedas de água, porque isso diminui, e muito, o custo dos empreendimentos. Portanto, eles sempre interferem nas áreas de lazer da comunidade, sobretudo dos mais pobres, que não têm como pagar as mensalidades de um clube e ter acesso a piscinas. As áreas de uso público é que são os alvos, como é o caso das belíssimas cachoeiras existentes por Minas Gerais afora. Todas essas áreas não objeto de projetos de construção de PCHs.

Outra questão séria é a geração de empregos. Uma vez instalada, uma PCH não gera mais que quatro empregos, porque tudo é feito eletronicamente. A mesma pessoa que vigia o estabelecimento também aciona os equipamentos. Além disso, ainda existe a alternância. Nesse caso, muitas vezes só existe um funcionário, no máximo dois, considerando os revezamentos existentes.

Um outro fator preocupante é que essas empresas são espertas em driblar a legislação. Isso faz com que aumente o número de PCHs em vez de haver construção de hidrelétricas. O único tributo que uma PCH paga é o ICMS e, mesmo assim, com uma tarifa reduzida, enquanto uma hidrelétrica tem de pagar "royalties". É uma ilusão, Prefeitos, Vereadores e lideranças, acreditar que haverá um ganho para o Município. Uma PCH não tem obrigação, ou melhor, está isenta de pagar "royalties", diferentemente de uma hidrelétrica, que, nos termos da lei, tem de fazer essa compensação financeira ao Município. Então, na verdade, as PCHs não aumentam a receita dos Municípios nem geram emprego. Além disso, uma área que seria de uso público fica restrita a uso particular, incluindo os recursos hídricos.

Até agora, falei das PCHs de maneira geral, em Ferros, no Triângulo Mineiro e na Zona da Mata, perfazendo mais de 300, algo escandaloso, e agora gostaria de falar sobre uma PCH específica, a de Aiuruoca. Estou falando do Processo nº 02015.005913-25/2009, que não teve anuência do Instituto Chico Mendes para instalação, nem foi submetida a todo o processo de avaliação técnica do IEF, do Ibama e da própria Supram.

Todas as análises indeferem, todos os pareceres técnicos não permitem a instalação dessa PCH de Aiuruoca. Na verdade, é de espantar: o número de condicionantes é de 155. É um escândalo. Entretanto, 12 conselheiros do Copam regional, de 19, votaram favoravelmente, ou seja, ignoraram todo o estudo técnico. Isso é um desrespeito à formação, aos profissionais, ao próprio Estado, que dá condições a profissionais competentes de fazerem um estudo técnico da matéria sem influências de terceiros, baseado até na Lei Federal nº 11.428, que é a Lei da Mata Atlântica.

Quero cumprimentar o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que também foi firme em não referendar essa decisão do Copam regional. Consciente da sua responsabilidade, da legislação em vigor, dos pareceres, não compactuou com o erro desses conselheiros, mas, ao mesmo tempo, o nosso Secretário de Estado - independentemente da questão política, quero respeitar o Estado - tomou uma posição de Pilatos: lavou as mãos. Uma coisa é ele pôr fim ao projeto e dizer: "Aqui, não". Mas o que ele fez foi passar o

projeto ao Secretário Adjunto, ou seja, sua posição foi: "Eu não faço, mas, se você quiser, pode fazer". Isso é arriscado. Não sou contra os empreendimentos, mas, como disse na introdução desse discurso, embora veja que é possível existir empreendimentos que alcancem lucros, eles precisam dar a sua contribuição ao Município. No caso da PCH, a contribuição é zero. Não dão porque estão isentas de "royalty", a tarifa de ICMS é mínima, não geram emprego e trazem um grande dano social e ambiental, porque são inúmeras as desapropriações. Estas são feitas em áreas agricultáveis, nas melhores áreas, porque as áreas de várzeas, as áreas de preservação permanente, as áreas que são inundadas são sempre as mais próximas do leito do rio. A desapropriação é sempre de inúmeros agricultores pequenos, de agricultores familiares.

De um lado, cumprimento o Secretário José Carlos Carvalho pela sua posição de respeitar a análise técnica, de respeitar a Lei Federal nº 11.428.

Quero cumprimentar também o movimento social que há mais ou menos 10 anos luta para mostrar às lideranças que o empreendimento que deve ser feito ali, de acordo com análise da Universidade Federal de Viçosa e da UFMG, é o Observatório da Mata Atlântica, preservando-se o turismo, que é a vocação natural da região, por sua beleza. Por tudo isso, não cabe fazer ali uma PCH. Que os movimentos sociais se unam e consigam barrar os projetos que não garantam qualidade de vida. Que façam essa PCH em outra área. Em Minas, que é a caixa d'água do Brasil, há muito espaço para isso; assim, o Estado deveria fazer um estudo pormenorizado e indicar onde seriam menores os impactos sociais e ambientais. É preciso dar esse indicativo aos empreendedores que querem obter seus lucros a partir da riqueza natural que são as águas, pertencentes à União e, portanto, a todo o povo brasileiro - no caso, todo o povo mineiro.

Quero cumprimentar ainda ao Gérson, do Grupo de Estudos em Temática Ambiental - Gesta - da UFMG, ao grupo da UFV, à minoria de Conselheiros do Copam que votou contra, embora tenha sido vencida, e ao Secretário José Carlos Carvalho. Espero que o Secretário Adjunto, o Shelley, tenha consciência e considere sobretudo a Lei nº 11.428. Que viva Aiuruoca! Que ela possa ser sempre acolhedora com o turismo ecológico, não com a PCH. Eram as minhas considerações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespetadores da TV Assembleia, boa tarde. Na oportunidade, cumprimento o Deputado Doutor Viana por sua importante participação no andamento de obras estruturais importantes para Minas Gerais, como a revitalização da BR-135. A atuação de V. Exa. é de extrema importância nesse processo, que reflete também a importância e o carinho com que o governo do Presidente Lula vem olhando para o Estado de Minas Gerais. Conseguimos obras como a revitalização da BR-135 e a duplicação da BR-262; agora, nossa grande batalha é pela duplicação da BR-381, do trevo de Belo Horizonte a Governador Valadares - essa é a grande obra de que precisamos em Minas Gerais, e havemos de conseguir a sua realização.

Pois bem, venho a esta tribuna falar a respeito de uma importante audiência pública de que tive oportunidade de participar com a colega Deputada Rosângela Reis, realizada no Município de Belo Oriente, na última sexta-feira, convocada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal, a requerimento do ilustre Deputado Federal Carlos Willian, e que contou com a presença do companheiro Deputado Federal Leonardo Monteiro, da nossa querida Governador Valadares.

A audiência pública teve como objetivo discutir a construção do novo aeroporto da Usiminas no Município de Belo Oriente. Houve grande participação da comunidade, com a presença do Prefeito Humberto, de Belo Oriente, do Prefeito Luiz Reis, de Periquito, do Prefeito Joselito e de diversos Vereadores à Câmara Municipal de Belo Oriente, representada pelo Presidente Alex. Contamos com a presença do Dr. Rivelli, Diretor da Cenibra, e do Dr. Délson Tolentino, Diretor da Usiminas. Também estiveram presentes vários trabalhadores da região, Vereadores de Ipatinga, Periquito, Bom Jesus do Galho e Açucena. Enfim, houve massiva participação de mais de 1.500 pessoas. A audiência teve o objetivo primeiro de entender a questão do aeroporto. O aeroporto da Usiminas foi o primeiro aeroporto privado construído no Brasil. Posteriormente, com a mudança da legislação, que determina que os aeroportos no Brasil só podem ser públicos, o governo do Estado fez um convênio com a Usiminas. Aquele aeroporto que existe em Santana do Paraíso - muitos pensam que é Ipatinga - fica em um terreno particular da Usiminas, mas ele é público, por meio de uma parceria entre o governo federal e a Usiminas. Hoje está sendo planejada uma expansão da Usiminas, muito importante do ponto de vista da economia mineira e brasileira, pois a siderúrgica se credencia a ser uma empresa que ampliará a produção de chapas de aço. Isso é importante porque a nossa riqueza mineral é transformada em valor agregado maior por meio da produção de chapas de aço e tubulações sem costura. A Usiminas credencia-se para produzir a tubulação necessária para exploração de petróleo em águas profundas, como o pré-sal, estruturas metálicas que podem ser utilizadas na construção civil e novas tecnologias com acréscimo de minério de ferro na formação do aço, como a inclusão do nióbio, que torna o material mais resistente. Em seu processo de expansão, a Usiminas avaliou que o local mais adequado para fazer uma nova caldeira seria ao lado do alto-forno que já existe, pois traria uma sinergia maior. O local mais adequado é onde hoje está a pista do aeroporto. Com o propósito de fazer o seu novo alto-forno, a sua expansão para aquela área, por força de contrato, a Usiminas se vê obrigada a arrumar outra área que tenha as dimensões e as características necessárias para a construção de um novo aeroporto.

Num primeiro momento, a área aventada é do Município vizinho de Bom Jesus do Galho. Mas a área não teve a aprovação dos órgãos ambientais porque fica muito próxima ao Parque Estadual do Rio Doce, área de preservação ambiental. As condições ambientais não eram propícias para a construção do aeroporto no terreno de Bom Jesus do Galho. A partir de então, passou-se a procurar novos locais para fazer o novo aeroporto. Um dos locais que tem as melhores condições é um terreno localizado em Belo Oriente, que tem também uma outra grande empresa, importante para a economia mineira, a Cenibra, empresa de celulose. O terreno que tem as condições adequadas para a construção do novo aeroporto fica em propriedade da Cenibra. Então, teria ser feita a aquisição desse terreno para que lá pudesse ser feito o novo aeroporto.

Em que pé se encontra a questão do novo aeroporto? A Cenibra apresenta algumas objeções e preocupações sobre o empreendimento. Ela receia que a construção do aeroporto na área indicada no futuro atrapalhe ou inviabilize o seu processo de expansão. O objetivo dessa audiência pública foi justamente pontuarmos essas controvérsias e apontarmos saídas e soluções, com a compreensão de que a construção do aeroporto em Belo Oriente é de fundamental importância para o desenvolvimento do Vale do Aço e para a economia mineira. E acreditamos que pode trazer benefícios para todos. O Vale do Aço é uma das regiões mais promissoras do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Com o processo de expansão da Usiminas e de crescimento da Cenibra e da região como um todo, o aeroporto seria, sem dúvida alguma, um importante instrumento para o fomento do crescimento e desenvolvimento econômico. E num Município muito importante, Belo Oriente, que vem também passando por um processo de transformação significativa.

O Dr. Humberto, Prefeito de Belo Oriente, do PT, que foi eleito na última eleição e tomou posse em janeiro, já vem mostrando, com muita habilidade, capacidade e competência, que o Município tem possibilidade de ter um crescimento sustentável e crescer muito nesse processo. Temos a visão de que o aeroporto é importante, especialmente naquela área em Belo Oriente. Entendemos que a junção do aeroporto e a duplicação da BR-381 serão fatores para potencializar o crescimento da região. Durante a audiência pública, quando tivemos a oportunidade de ouvir as pessoas, as comunidades, houve um grande consenso de que é fundamental a construção desse aeroporto em Belo Oriente. E, por sugestão do Deputado Carlos Willian, foi formada uma comissão de acompanhamento tendo à frente o Prefeito Humberto, para que possamos acompanhar as pequenas arestas e divergências e agilizar o processo para liberar o alvará de construção do aeroporto e começar a sua construção. Com muito prazer, concedo aparte à nobre Deputada Rosângela Reis, que teve uma participação importante nessa audiência pública. Rosângela Reis é Deputada majoritária do Município de Belo Oriente e está sempre presente nas lutas, a fim de trazer melhorias para a região, como foi, por exemplo, a reunião que possibilitou a instalação da Comarca de Belo Oriente.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte) - Deputado Carlin Moura, quero parabenizá-lo pela luta que vem travando naquela região do Vale do Aço. Realmente precisamos unir forças para, cada vez mais, levarmos os benefícios para aquela região. V. Exa. fala do aeroporto industrial. Já temos acompanhado isso ao longo dos anos. Quando me mudei de Coronel Fabriciano - aliás, nasci numa cidade bem próxima -, já

acompanhámos desde o início, dentro daquele berço siderúrgico, o crescimento da Usiminas, que é uma empresa próspera, válida e tem gerado vários empregos para as nossas Minas Gerais. Essa região tem contribuído significativamente com o PIB do Estado, que é de aproximadamente 40%. Nesse berço, temos a expansão da Usiminas, aliás, dentro de uma área onde hoje está localizado o aeroporto da Usiminas, no Município de Santana do Paraíso. No entanto esses Municípios estão hoje conurbados. Temos de trabalhar e lutar pela região metropolitana. Quando entramos na Assembleia Legislativa, a nossa luta foi justamente trabalhar a Região Metropolitana do Vale do Aço, para que cresça integrada.

Como V. Exa. disse, nesse berço está Belo Oriente, Município de grande receita. Contudo é necessário que se levem os benefícios para esse Município. Temos trabalhado com afinco para que o aeroporto seja construído no Município de Belo Oriente, que está bem próximo de Ipatinga, numa distância de aproximadamente 20km. Não podemos deixar que esse aeroporto saia desse local, dessas imediações. Na verdade, contará com o nosso empenho e a nossa luta para que, além do aeroporto, asseguremos outros benefícios para aquela região.

É muito bom ver o interesse de V. Exa. para com a região. Sou Deputada majoritária daquele Município e da região. Lutaremos com afinco para que Belo Oriente faça o seu crescimento. Parabéns. Muito obrigada.

O Deputado Carlin Moura* - Deputada Rosângela Reis, obrigado pelas palavras. Para concluir, tenho certeza de que, com a nossa união, a ajuda de V. Exa., a do Deputado Juninho Araújo, que, aliás, tem contribuído muito para o progresso daquela região, e a da Deputada Cecília Ferramenta, o Vale do Aço será, sem dúvida nenhuma, uma grande locomotiva de Minas Gerais e da economia brasileira.

Quero nesta oportunidade, mais uma vez, felicitar e parabenizar o Prefeito Humberto, de Belo Oriente, que tem realizado um brilhante trabalho à frente daquela Prefeitura. Assim como conseguimos a instalação da Comarca de Belo Oriente, certamente conseguiremos a construção do aeroporto nesse Município. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Meu caro Presidente em exercício, companheiro Deputado Doutor Viana; Srs. Deputados presentes, imprensa que faz a cobertura da Assembleia de Minas; povo do nosso Estado. Nesta tarde, quero tratar de dois assuntos: o primeiro refere-se à atuação da Ruralminas na minha região, o Norte de Minas. A Ruralminas é um órgão importante e prestigiado do governo do Estado e está fazendo um trabalho muito bom, na região, na assistência aos Municípios, num acordo com a Secretaria de Reforma Agrária do Estado, na titulação das terras devolutas. Neste espaço, quero cumprimentar o Secretário Manoel Costa e o governo Aécio Neves, que, sem dúvida alguma, está fazendo uma verdadeira revolução na titulação dessas terras na região. Todos os pequenos proprietários que moram em terras de até 50ha e que não possuem título de suas terras estão recebendo gratuitamente esse título. É um convênio do governo do Estado com o governo federal. Há equipes fazendo a medição das áreas. Os documentos dessas terras estão sendo entregues aos legítimos donos sem ônus algum, até mesmo do registro desse documento. Esse é um trabalho da Secretaria de Reforma Agrária e da Ruralminas. A Ruralminas está também realizando um grande trabalho na construção de pequenas barragens. O Governador Aécio Neves, entendendo que a seca do Norte de Minas não se combate apenas com a distribuição de caminhões-pipas - aliás, todos os anos há distribuição desses caminhões -, adutoras, canos, bombas d'água e perfuração de postos artesanais, determinou que a Ruralminas, por meio de suas equipes mecanizadas, construísse - o que já está sendo feito - barragens de pequeno e médio portes em todos os Municípios norte-mineiros. Nesse último final de semana, acompanhei o Prefeito de Glaucilândia, Marcelo Brant, na visita a uma dessas barragens construídas nesse Município e em todo o Norte do Estado. Essa barragem, sem dúvida, será fundamental para perenizar os córregos que correm no período das chuvas e, na seca ou até mesmo fora desse período, como neste mês, são cortados. Com as próximas chuvas, essas barragens serão cheias, e os córregos serão perenizados. Deixo os meus cumprimentos a Celso Cota, Presidente da Ruralminas; ao combativo companheiro Paulo Bregunci, ex-Presidente, hoje Vice-Presidente, da Ruralminas, que está prestando esse grande benefício a nossa região. A Ruralminas, em consórcio com o DNOCS, está construindo no Município de São João do Paraíso a maior obra e a maior barragem na região. É uma obra de mais de R\$150.000.000,00, que irá perenizar o Rio São João. Serão beneficiadas 1.500 pequenas famílias no Município de São João do Paraíso. Essa é uma vitória fantástica da região, daquele povo, do Prefeito Souza, que não deixou de acreditar um só minuto, que lutou muito para que essa obra fosse construída. Com isso, São João do Paraíso beneficiará mais de 1.500 pequenos produtores. Vemos a presença da Ruralminas, órgão que, até pouco tempo, não tinha tanta visibilidade, talvez servisse muito mais para fazer pequenas obras, mas hoje desponta com esse potencial enorme na construção da Barragem de Peão, em São João do Paraíso, e de pequenas barragens em outros Municípios. Além de agradecer-lhes e cumprimentar a direção e os técnicos da Ruralminas, convidamos o Dr. Celso Cota a estar presente. Confesso que tinha dúvidas quando foi convidado para presidir a empresa - ele deixou a Prefeitura de uma cidade da região metropolitana, Mariana. Fiquei um pouco cético, pensando se esse ex-Prefeito daria conta do recado, tendo em vista tratar-se de pessoa que não conhece a realidade norte-mineira. Foi com grata surpresa que vimos a sua atuação, ombreada com o Paulo Bregunci. Deixo, pois, meus agradecimentos e cumprimentos a toda a equipe da Ruralminas por essas obras fantásticas que estão fazendo e certamente tornarão a seca de 2010 - felizmente não atuarão na seca de 2009 - mais tranquila e amena. Aos poucos, vamos vencendo esses problemas que estão acontecendo.

Quero deixar claro, meu caro Doutor Viana, que o Governador Aécio tem uma característica própria. Enquanto vemos a bagunça acontecendo em Brasília, candidatos saindo do PT, como a Senadora Marina, que hoje deixou o PT para filiar-se ao PV; enquanto vemos candidaturas sendo estimuladas para disputar o governo brasileiro; enquanto vemos aquele disse não disse, aquele bate-boca entre a Ministra Dilma e a ex-integrante da Receita Federal - reuniu, não reuniu, tem agenda, não tem agenda -; enquanto tudo isso acontece, vemos o Governador Aécio Neves avançando com o seu programa. É por isso que nós, mineiros, sentimos na obrigação, compelidos a procurar cada vez mais dar assistência e apoiar o nosso Governador nessa cruzada em direção à Presidência da República. Minas Gerais está dando demonstração de que é um Estado fortalecido, que superou todas as grandes dificuldades, que está saindo da crise com mais rapidez, agilidade e consistência. Vemos que Minas avança, que o Governador avança nessa caminhada em direção à Presidência da República.

Consta em ata da comissão executiva do nosso partido, o PDT, que, se o Governador Aécio Neves se aventurar e realmente conseguir ser candidato, marcharemos unidos, para que ele seja o nosso Presidente da República. Isso demonstrará que, mais uma vez, Minas se apresenta em momentos de crise; demonstrará que Minas tem nomes de responsabilidade, de competência, de ética para assumir essa missão de disputar o governo federal, a Presidência da República. Demonstrará ainda que é possível o Brasil crescer dando assistência, principalmente, às pessoas humildes e mais carentes, fortalecendo a nossa indústria, a agronomia, respeitando o meio ambiente. Tenho a certeza de que isso acontecerá, porque o Governador se preparou para isso e é hoje o melhor nome, o mais preparado para disputar a Presidência.

Por falar no Governador Aécio Neves, meu caro Presidente, nesse último final de semana estivemos em Varzelândia acompanhando o Secretário de Governo Danilo de Castro, que recebeu o título de Cidadão Benemérito de Varzelândia, uma homenagem da sociedade pela inauguração da estrada que liga São João da Ponte a Varzelândia. Pelo andamento das obras, até abril do ano que vem, data em que o Governador Aécio Neves estará saindo do governo de Minas para disputar a Presidência da República, não teremos uma só cidade que não tenha sua via de acesso asfaltada. Quero agradecer a Varzelândia o acolhimento que tivemos, a medalha de honra que recebi, concedida a uma autoridade por ano. Fico muito feliz porque foi um somatório de esforços, um trabalho que fizemos com muito amor e carinho pelo povo de Varzelândia e que recebeu o respaldo eficiente do Governador Aécio Neves, da sua equipe de trabalho, do DER, com a presença do Dr. José Elcio, e da Setop, para que pudéssemos inaugurar essa estrada.

Dentro de alguns dias estaremos inaugurando também a estrada de Bonito de Minas. Disse desta tribuna que a estrada de Januária a Bonito de Minas era a pior estrada do País, gastam-se 4 horas para se percorrerem 50km. E hoje está lá aquela estrada que vai levar o progresso e o desenvolvimento a Bonito de Minas.

A estrada de São João do Pacuí já tem data marcada para inauguração, dia 22 de dezembro. Estrada de Botumirim e Itacambira, cidades históricas. Itacambira possui uma igreja de quase 400 anos. Uma cidade lindíssima, um povo bom e trabalhador, um dos maiores sítios históricos do País. Já foi iniciado o serviço de pavimentação dos 60km de Montes Claros a Itacambira. A estrada de Francisco Dumont, cidade histórica com um sítio maravilhoso. É dessa forma que o governo Aécio faz a diferença. Ele habilita e firma seu nome para ser o grande Presidente do nosso país.

Quereria cumprimentar, com um abraço, a nossa sempre presente Deputada Maria Lúcia Mendonça. Aqui é sua Casa, seja bem-vinda, Maria Lúcia Mendonça.

Por último, Presidente, falando ainda em estradas, gostaria de dizer que no próximo dia 27 a Comissão de Transportes, liderada por mim e pelo Deputado Doutor Viana, estará percorrendo de Belo Horizonte a Montes Claros, fazendo uma vistoria nas obras da BR-135. Essa vistoria irá culminar em Montes Claros, com uma audiência pública na Associação Comercial e Industrial, para que possamos ter acesso às informações da BR-135. São R\$500.000.000,00 do povo brasileiro que estão sendo aplicados nessa BR. Quero aqui convidar os Vereadores, os Prefeitos que administram as cidades ao longo da BR-135 para que estejam presentes no dia 27, quinta-feira, às 17 horas. É o grande sonho do Norte de Minas, a estrada da integração, a estrada do desenvolvimento, a estrada que transporta toda a riqueza não só do Norte de Minas, mas também do Nordeste brasileiro. Foi uma vitória enorme, sem precedentes, quando conseguimos que o governo federal liberasse os recursos para a restauração completa da BR-135. Espero que igual vitória possamos conseguir em outras BRs do Estado: BR-367, ligando Almenara a Salto da Divisa; BR-267, ligando a Poços de Caldas, uma grande cidade, uma das maiores do Brasil. É com luta, persistência, presença e muito trabalho que vamos ter do governo federal o mesmo tratamento que o governo Aécio está dando às estradas estadualizadas. As BRs, estradas federais, também precisam ter esse tratamento por parte do Presidente Lula e das nossas autoridades. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de saudar a todos e a todas e fazer aqui um reconhecimento. O governo do Estado tem de agradecer muito ao governo do Presidente Lula, pois nunca recebeu tantos recursos em toda a sua história como agora. Na área de infraestrutura, há os recursos do PAC. Darei o exemplo do Triângulo Mineiro, que é um verdadeiro canteiro de obras, com mais de R\$1.000.000.000,00 em viadutos, duplicações, passarelas, pontes. Há, portanto, um grande investimento em infraestrutura, como jamais visto em outros governos. Realmente temos de parabenizar e gostaríamos de ver por parte do Governador Aécio Neves o mesmo reconhecimento do Presidente Lula. Na área social, temos o Bolsa-Família, o ProUni, o aumento do número de vagas nas universidades, os cursos técnicos profissionalizantes - com a inauguração do Cefet em Paracatu -, a abertura de novos câmpus em outras cidades, a ampliação das universidades - como aconteceu em Ituiutaba, com a criação de mais um câmpus da Universidade Federal de Uberlândia -, a construção de novas universidades e o oferecimento de novos cursos e mais vagas. O governo, portanto, investe muito na educação, na área social e também na infraestrutura - mais de R\$1.000.000.000,00 só de investimentos no Triângulo Mineiro. Estamos até comemorando a duplicação da BR-050, de Araguari a Uberlândia, um sonho antigo que vai se tornar realidade e será comemorado por toda a população dessas duas cidades.

Gostaria de parabenizar o Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente desta Casa, que subiu à tribuna e questionou as multas aplicadas pela BHTRANS, que, no nosso entender, não pode multar, pois não tem poder de polícia. O Deputado já aborda esse assunto há muitos anos, nesta Casa, e gostaria de parabenizá-lo. Hoje trouxe uma cópia do jornal "O Tempo": "Guarda Municipal faz ultimato por direito de emitir multas", ou seja, quer mais e mais multas, quer o direito de multar. Tenho dados divulgados pela imprensa, e, para se ter uma ideia, em Belo Horizonte, a cada minuto, um motorista é multado pela BHTRANS. Nos primeiros seis meses deste ano, foram mais de 307 mil motoristas multados, autuados por alguma infração, o que rendeu mais de R\$22.000.000,00 aos cofres públicos da empresa. As 307 mil multas emitidas pelos agentes de trânsito e pelos radares fixos mostram que, a cada hora, 71 motoristas são autuados, com um total de 1.709 motoristas multados por dia. Pergunto se há interesse para o poder público de os motoristas se educarem e não serem mais multados. Não há. O interesse é justamente a indústria da multa, pois rende muito dinheiro - mais de R\$22.000.000,00 foram para os cofres públicos em apenas seis meses. Se a BHTRANS educasse a população, esse número não cairia? Logicamente, mas, pelos números, o interesse é continuarem multando, para continuarem arrecadando. A cada minuto, um motorista é multado - por dia, são mais de 1.709. Não há, portanto, o interesse na educação, nas campanhas educativas. E essa é justamente a responsabilidade da Guarda Municipal. Agora, além de a BHTRANS multar, a Guarda Municipal também quer fazê-lo. Há questionamentos aqui da OAB e do próprio Ministério Público em relação a essa legitimidade para a BHTRANS e a Guarda Municipal multarem.

A Guarda Municipal realmente presta um trabalho belíssimo, de prevenção, de cuidar do patrimônio público, às portas das escolas, nas praças. Aliás, tive a felicidade de participar da formatura de uma turma, acompanhei-os, e até criaram uma banda. Então o pessoal da Guarda Municipal presta um trabalho muito bonito, assim como a BHTRANS.

Na minha avaliação, não é competência da Guarda Municipal multar. Quer dizer, são mais 139 agentes que querem esse direito. Além de os agentes da BHTRANS já multarem, os Guardas Municipais querem multar também. Não podemos concordar com isso. Então fica aqui o nosso questionamento. Não concordamos. Já apresentamos requerimento ao Prefeito Márcio Lacerda, solicitando um posicionamento, para que ele não acate o que foi acordado em reunião com o Coronel responsável pela Guarda Municipal, que não permita que os Guardas Municipais multem e que os coloque para cumprir suas funções, nas suas responsabilidades. Qual é a função da Guarda Municipal? A sua função é cuidar do patrimônio público, da segurança às portas das escolas, nas praças, e não multar. A população já não aguenta mais tantas multas, de valores exorbitantes, totalizando mais de R\$22.000.000,00.

Aprovamos, nesta Casa, um projeto de lei que prevê o parcelamento das multas de trânsito em 12 parcelas - a Lei nº 15.956. Porém, infelizmente, o governo do Estado não regulamentou isso até hoje, então não está cumprindo o dispositivo da Lei nº 15.956. Caberia ao governo do Estado regulamentar isso. Não estamos fazendo remissão alguma; quem deve ter de pagar, mas pelo menos poderia ajudar o cidadão com o parcelamento em 12 vezes. Não oneraria tanto. Portanto, estamos cobrando uma posição por parte do governo do Estado.

Em relação à BHTRANS, estamos aguardando uma decisão da Justiça. Aliás, a matéria do jornal "Hoje em Dia" diz que a BHTRANS pode até devolver verba de multa. O processo está no Superior Tribunal de Justiça. Esperamos que seja uma decisão favorável aos consumidores, aos proprietários de veículos do Estado. Estamos aguardando a decisão. Mais uma vez, fazemos um apelo ao Prefeito Márcio Lacerda, por meio de requerimento, para que suspenda imediatamente a competência da BHTRANS para fiscalizar e aplicar multas. Essa é a nossa solicitação. O nosso requerimento é para que o Prefeito suspenda imediatamente a competência da BHTRANS para fiscalizar e aplicar multas aos motoristas pelas infrações de trânsito na Capital, bem como a decisão de autorizar o poder de polícia e de multa para a Guarda Municipal de Belo Horizonte. O processo foi iniciado em 2004 e poderá ser decidido em benefício da população. Caso contrário, se a decisão não for favorável, haverá milhares de ações de motoristas requerendo os valores já pagos. Qual é o entendimento do Ministério Público e da OAB? O entendimento do MP e da OAB é que a situação é inconstitucional. Assim, cobramos uma postura por parte do Prefeito Márcio Lacerda.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Eu estava conversando com o Presidente da Câmara de Machado, que acompanhava o seu pronunciamento, e ele me disse: "Oh, Deputado Alencar, veja o que o Deputado Weliton Prado está falando; ele está falando o que o senhor vem falando há anos". E não havia uma caixa de ressonância aqui. Eu falava para o Vereador Geleia: Vereador, ainda bem que agora estamos na luta com um Deputado ferrenho. Quando fui Presidente da Comissão de Trabalho, recebemos aqui taxistas e apresentamos o que estava acontecendo sobre as multas. Isso não é de hoje, Deputado, isso vem do governo passado, do Sr. Fernando Pimentel.

O Sr. Fernando Pimentel, na administração passada desta cidade, colocou o soldadinho de chumbo multando em Belo Horizonte de cabo a rabo. Posso falar isso aqui, porque fui o Presidente da Comissão que criou a BHTRANS na Câmara Municipal. E isso não aconteceu agora. Estamos

falando da criação da BHTRANS, quando municipalizamos o transporte público, há cerca de 18 anos. Criamos a BHTRANS, e ela foi multando, e o povo belo-horizontino reclamando. V. Exa. se lembrará de quando fizemos uma campanha aqui para mostrar que radar não existe para gerar multas, mas para educar, e Belo Horizonte não entrou nela. Na Avenida Raja Gabaglia, tínhamos uma reta, depois de uma curva, onde o radar provocava o faturamento de quantias estrondosas. Belo Horizonte já vinha sofrendo com isso há oito anos, na administração do PT. E agora contamos com o auxílio de V. Exa, que diminuiu a conta da Copasa, que acabou com o aumento da Cemig, que é um guerreiro e que irá fazer coro com o que, como parlamentar em Belo Horizonte, venho falando há muito tempo.

Esta Casa não tinha, mas precisa ter um Deputado do PT como V. Exa., que será candidato a Deputado Federal e que já fez comigo o compromisso de criminalizar o cigarro no País - V. Exa falou isso hoje, e havia testemunhas. Faremos juntos esse compromisso. Creio que devemos exigir do Ministério Público e de todos os outros órgãos esse compromisso, porque o belo-horizontino não aguenta mais. O Vereador Geleia falava comigo: "Deputado, lá em Machado, graças a Deus, não acontece isso". Não é só em Machado, em nenhuma cidade de Minas acontece isso, mas vemos hoje o movimento crescer.

Gostaria que fizessemos um abaixo-assinado, que fôssemos aos órgãos de imprensa, quando V. Exa. descesse daí, para mostrar que o mal nasceu com o PT e vai acabar com o Sr. Márcio Lacerda, Prefeito da Aliança, que teve o apoio do PSDB, do PT, de todos. O que ele tem feito em Belo Horizonte? Está multando os motoristas e acabando com as feiras, pois irá acabar com as feiras populares. Gostaria de contar com V. Exa. também nessa luta. Não vamos deixar o Prefeito acabar com os feirantes de Belo Horizonte.

Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento, que já devia ter acontecido há muito tempo, porque, há mais de 10 anos, sofremos em Belo Horizonte com a BHTRANS. V. Exa. nunca teve um carro multado na porta da Assembleia. Eu já tive, e vários carros são multados aqui. V. Exa. deve começar agora a lutar por isso, pois tenho a certeza de que dará resultado. V. Exa., Deputado ferrenho, acabou com a Copasa e com a Cemig. Agora vamos acabar também com a BHTRANS. Parabéns!

O Deputado Weliton Prado* - Para finalizar, gostaria de agradecer ao Deputado Alencar da Silveira Jr., que já luta, há muito tempo, em defesa dos proprietários de veículos, contra as multas aplicadas de forma arbitrária pela BHTRANS. Quero deixar claro o nosso posicionamento: não concordamos que a BHTRANS tenha poder de polícia e muito menos a Guarda Municipal, que no Brasil inteiro foi criada para ser uma guarda educativa.

Gostaria de fazer justiça ao Fernando Pimentel. Estive ao seu lado na formatura muito bem-organizada dos Guardas Municipais, que prestam um serviço realmente relevante, pois dão maior tranquilidade na área de segurança pública, mas creio que não seja o papel deles multar. A Guarda Municipal quer essa autorização a partir do dia 9 de setembro. E somos totalmente contrários a isso. Se houver uma determinação favorável do Prefeito Márcio Lacerda, questionaremos a decisão junto ao próprio Ministério Público, que também a questiona. Parabenizo o Prefeito Fernando Pimentel, considerado um dos melhores Prefeitos do mundo. Em sua gestão, criou uma das melhores guardas municipais não só de Minas e do Brasil, mas do mundo. Parabéns!

Essa questão da BHTRANS está no Superior Tribunal de Justiça. Espero que o recurso interposto pelo Ministério Público seja julgado procedente, para retirar o poder de polícia da BHTRANS e cancelar as multas aplicadas.

Parabenizo o jornal "Hoje em Dia" pelas excelentes matérias, que nos trouxeram dados que comprovam que um motorista é multado a cada minuto em Belo Horizonte. São multados 1.709 motoristas todos os dias, o que rendeu mais de R\$22.000.000,00 para a BHTRANS em seis meses, o que é um verdadeiro absurdo. Essas multas não têm caráter educativo, mas punitivo e arrecadatário, o que questionamos. Há uma indústria da multa, com a qual não concordamos. Tem de haver agentes e fiscalização, mas sobretudo deve-se primar pela educação no trânsito. O objetivo não tem de ser o de fazer entrarem mais e mais recursos para o caixa.

Agradeço aos Deputados Doutor Viana e Alencar da Silveira Jr., parabenizando-os.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que votarei favoravelmente à aprovação do projeto, mas cobrarei um posicionamento do Poder Judiciário de Minas Gerais para que realmente atenda as pessoas mais pobres. Estamos garantindo os recursos suficientes para o seu funcionamento. Esperamos que abram novas varas e criem novas comarcas. Fui, aliás, relator do projeto da divisão judiciária na Comissão de Assuntos Municipais. Nós cobraremos para que realmente os mais pobres sejam atendidos pelo Poder Judiciário.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, farei um encaminhamento muito breve e também a minha declaração de voto. Retirei a minha inscrição para discutir o projeto porque recebi informações do Tribunal de Justiça de que essa nova dotação orçamentária servirá para pagar ao servidor do Judiciário, que, até o presente momento, está sem receber os 7,5%. Aliás, parte do seu sindicato aqui se encontra, nas galerias, para discutir essa questão. O Serjusmig e o Sindojus nos têm cobrado isso permanentemente, mas, infelizmente, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais tem passado por cima de alguns preceitos legais.

Diante disso, faremos uma discussão maior dos demais projetos do Tribunal que aqui estão. Estou falando do Projeto nº 2.968, referente ao adicional de desempenho que o Tribunal deseja fazer de modo diferente dos demais Poderes e órgãos, o que certamente trará prejuízos para os servidores. Também aprovamos quatro emendas na Lei Complementar nº 105, que é fruto do Projeto de Lei Complementar nº 26, que tramitou aqui no ano passado. Há aliás a exigência do bacharelado em Direito para o ingresso na carreira de Oficial de Justiça, mas até o presente momento o Tribunal vem resistindo ao cumprimento da lei. É bom que fique claro que estamos aqui atendendo a um pedido do próprio Tribunal de Justiça, para que o projeto seja votado e para que o servidor receba, inclusive o retroativo ao mês de julho, já que ele não pagou os 7,5% a que fazem jus seus funcionários. A nossa retirada de discussão, já que iríamos discutir o projeto por cerca de 1 hora, foi com o objetivo de buscar o entendimento para que o projeto fosse votado e para que o servidor recebesse os 7,5% que, até agora, o Presidente do Tribunal não mandou pagar.

Gostaria de deixar um recado claro ao Presidente do Tribunal, ao Desembargador Sérgio Resende. A Assembleia está acompanhando de perto a execução orçamentária do Tribunal de Justiça, porque é nosso papel, é nosso dever, e nós vamos fazê-lo, até com os requerimentos que aprovamos hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando informações do Tribunal sobre a sua execução orçamentária.

Estamos aqui retirando a nossa inscrição para fazer uma discussão por 1 hora, em nome do PDT, para que esse projeto seja votado e para que o Tribunal pague imediatamente os 7,5% que está devendo aos servidores. Lembrando ao Tribunal, Deputado Padre João, que, antes de criar cargos e pagar qualquer outro tipo de benefício aos membros do Poder Judiciário, ele deve lembrar-se de que existe uma parcela de servidores que ganham um salário pequeno no Tribunal de Justiça e que este deve olhar para esses servidores e parar com essa resistência, porque o Tribunal está é fazendo pirraça com os servidores do Judiciário que vêm aqui fazer "lobby" com os Deputados, o que é legítimo. O Presidente e os membros do Judiciário também se reúnem com a Mesa, como fizeram com o 3º-Secretário e com o Colégio de Líderes, e nós os recebemos de braços abertos, democraticamente, da mesma forma como recebemos hoje os seus servidores.

Os Deputados recebem os servidores do Judiciário e estão atentos às suas demandas, que são justas, legais e, acima de tudo, morais. São reivindicações que atendem ao preceito da moralidade. É bom que o Sr. Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal, saiba que nesta Casa existem Deputados atentos e cumpridores do seu papel constitucional, que é fiscalizar outro Poder e, especialmente, a questão orçamentária. Então, retiramos o nosso direito de discussão, mas queremos que o Tribunal pague imediatamente os 7,5%. Do contrário, o Tribunal não irá conseguir aprovar outros projetos com a facilidade que deseja nesta Casa. Os servidores estão passando por dificuldades e precisam ser atendidos. O Presidente do Tribunal não fará nenhum favor se atender a reivindicação de seus funcionários, apenas cumprirá a lei, como esta Casa vem cumprindo com os seus servidores, respeitando uma ADE, da forma como foi acertada, como deve ser para o Legislativo, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas e para o Executivo.

No Tribunal de Justiça, eles querem fazer uma ADE de forma diferente, de forma que o servidor fique nas mãos do Presidente do Tribunal, por isso vamos cobrar, atentamente, que o Tribunal de Justiça cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Antes de pensar em criar outros cargos e outras benesses, que ele se lembre de que quem o serve são seus servidores, que estão a seu lado, carregando pastas e digitando processos; são os técnicos, os Oficiais de Justiça que estão assessorando. Parece-me que o Tribunal de Justiça está perdendo completamente a sensibilidade para com os seus servidores.

Encerrando minhas palavras, Sr. Presidente, quero deixar um recado ao Presidente do Tribunal: não se esqueça, Presidente, de que quem carrega o piano do Judiciário são seus servidores. Está faltando ao senhor sensibilidade para com os servidores do seu próprio Poder.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, quero também fazer um encaminhamento rápido desse projeto no qual a Assembleia está votando a abertura de um crédito suplementar de R\$246.000.000,00 ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Além das alegações do Deputado Sargento Rodrigues em relação ao funcionalismo, a readequação dos salários dos servidores, principalmente da área administrativa do Tribunal de Justiça, é importante. Presidente, quero alertar que ainda promoveremos uma audiência pública aqui, na Casa, neste semestre, com o Presidente do Tribunal de Justiça, com Desembargadores e com representantes das cidades onde já foram criadas, mas não foram instaladas as comarcas. Só se pode pensar e falar em uma agilidade, em uma modernização do Poder Judiciário, em suprir as comarcas com Juizes, com serventuários, quando estiverem instaladas, pelo menos, as comarcas criadas. Quando se cria uma comarca, uma expectativa muito grande é gerada. Hoje recebi um "e-mail" do Presidente da Câmara Municipal de Mirabela, talvez em vista do meu pronunciamento ontem à noite, quando chamei a atenção e alertei para os problemas. Ele me relatou que a Comarca de Mirabela já foi criada há mais de 20 anos, assim como a Comarca de São João do Paraíso. Já a Comarca de Jaíba foi criada não sei quantos anos atrás. Quando se criou essa Comarca, aconteceram investimentos dos poderes públicos municipais: os Prefeitos deixaram de construir um posto de saúde para construir a sede do fórum; investiram na construção das cadeias, porque era uma tarefa e uma atribuição do Município; hoje não é mais preciso, mas construíram as casas do Juiz e do Promotor. Criou-se uma expectativa muito grande, mas os anos foram passando e as comarcas não foram instaladas.

Quero fazer um apelo ao Desembargador Sérgio, Presidente do Tribunal de Justiça, que nos garantiu que, neste ano, instalará a Comarca de São João do Paraíso: precisamos travar uma discussão, estudar uma forma, aproveitando a oportunidade, já que, em setembro, teremos o Orçamento de 2010, para que sejam criadas e instaladas as comarcas no nosso Estado. A expectativa já foi criada. Muitas vezes, quando você chega ao Município e pergunta qual é a principal reivindicação, a resposta é: "A instalação da nossa comarca". As pessoas precisam deslocar-se para outras cidades, por volta de 100km, 120km, o que gera mais gasto, mais despesa para a população, para os Promotores e os advogados. Votaremos esse projeto, estamos de acordo que o Estado faça a suplementação de R\$246.000.000,00 ao Tribunal de Justiça, que ele faça a recomposição dos salários dos serventuários. Fica o nosso apelo e o nosso convite para que compareçam à audiência pública que acontecerá neste semestre, a fim de tratarmos exclusivamente da instalação das comarcas criadas no Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, também encaminhamos favoravelmente. Em nenhum momento, desde a discussão do projeto, sinalizei que somos contrários à aprovação desse crédito suplementar. Não fomos contra. Até admiro o Desembargador Sérgio; é uma pessoa simpática, de formidável memória: conhece todos os Juizes de Minas, de quem sabe os nomes e as referências; consegue identificar cada Juiz. Admiro muito a pessoa e a simpatia do Desembargador. Esse foi, nos seis anos em que estou na Casa, um dos projetos, na organização do Judiciário, construído coletivamente, com participação do Tribunal de Justiça, da Associação dos Magistrados, dos Deputados, e do próprio Poder Executivo. Ou seja, em relação a esse projeto, os três Poderes - Legislativo, Executivo e Judiciário - estiveram em harmonia. As emendas relativas aos servidores foram muito bem discutidas. Agora, de repente, esta Casa recebe uma carta com críticas e avaliações negativas em relação a algumas emendas apresentadas pelo Deputado Sargento Rodrigues. Houve todo um entendimento sobre a adequação das comarcas e a criação de novas varas, que ainda não foram instaladas. Então quero dizer ao Presidente do Tribunal de Justiça que queremos contribuir, e não só agora. Na semana passada, por exemplo, eu lhe disse da nossa disposição em fazer gestão junto às Secretarias de Planejamento e de Fazenda para a ampliação do Orçamento de 2010. Isso porque, para a solicitação de um crédito suplementar de R\$246.668.045,50, temos de ver como está o planejamento. O montante não é pequeno; estamos falando em 246 milhões. Então é preciso ter um planejamento para 2010 mais arrojado e preciso, e queremos contribuir para que seja votado ainda este ano, de maneira que ele possa terminar o seu mandato cumprindo seus compromissos e o próximo Desembargador que assumir a Presidência tenha clareza dos recursos que terá para assumir os seus compromissos. Salvo engano, seu mandato termina no primeiro semestre. Então, Deputado Almir, temos de avançar e dar essa contribuição ao Poder Judiciário em relação ao Orçamento, fazendo essa gestão junto ao Executivo, para que tenhamos um planejamento mais arrojado.

Por outro lado, é preciso que tenhamos uma satisfação. Segundo o planejamento, para as varas que foram criadas, por exemplo, qual é o cronograma de instalação e em que condições isso será feito? Lembro que há parcerias. Em Ouro Branco, por exemplo, há um compromisso das empresas locais para a adequação do fórum e da Prefeitura até para a cessão de pessoal - já há vários ali e ceder dois ou três a mais para contribuir na instalação da segunda vara não vai onerá-la tanto mais. O importante é que há um conjunto de esforços para garantir a acessibilidade à Justiça. Louvamos a postura do Desembargador quando prioriza que se voltem o olhar e as ações para a estrutura humana e para as capilaridades da estrutura da Justiça, ou seja, para cada comarca, em vez de assumir a construção do novo prédio.

Foi uma decisão tomada no início do seu mandato e é importante que a louvemos. Mas temos de ver como está a carreira dos servidores, para valorizar cada servidor, conforme foi exposto por outros Deputados pela manhã. É isso o que queremos: ser parceiros e respeitar. Nem o Legislativo teve ingerência lá nem o Judiciário teve aqui, no tocante a depreciar emendas que foram discutidas tanto com o Tribunal de Justiça quanto com a Associação dos Magistrados. Precisamos preservar a autonomia e o respeito e avançar nas parcerias.

Fiquei surpreso com a conversa que tive com o Desembargador na semana passada. Uma coisa foi acordada. Por vaidade de outro Desembargador, não admitiram a criação de uma nova comarca na região da Zona da Mata, uma comarca enorme que abrangeria Abre-Campo, Sericita, Pedra Bonita, Matipó, Caputira e outros Municípios. O mais certo, para viabilizar a Justiça, seria o desmembramento da Comarca de Abre-Campo e a criação de uma nova comarca para Matipó, Santa Margarida e Caputira. O número de feitos que esses três Municípios demandam já é muito superior ao de dezenas de comarcas já criadas e instaladas.

Não tenho receio em dizer que o Desembargador Joaquim Herculano, natural de lá, preferiu que fosse criada a segunda vara em Abre-Campo e sugeriu que houvesse uma vara itinerante, inaugurando esse instrumento na legislação, que atenderia Matipó, Santa Margarida e Caputira. Quando lhe perguntei, ele me disse que não tem essa informação. Mas sei que ele esteve lá recentemente instalando a segunda vara.

Foi criada outra vara em Viçosa, onde o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, é majoritário. Enviei ofício ao Desembargador Presidente, e ele disse que isso não era possível. Ou seja, quando se cria a vara, deve haver planejamento para a instalação. Assim, o processo fica

indefinido. Essa é a resposta que obtive do Tribunal de Justiça.

Queremos votar favoravelmente ao projeto e vamos aprová-lo. Assumo o compromisso da bancada de fazer gestão junto à Secretária Renata Vilhena e à Secretaria de Fazenda para haver orçamento melhor para 2010, garantindo-se a todos o acesso à Justiça, sobretudo aos mais pobres, sempre os mais prejudicados. Encaminhamos favoravelmente a votação.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Não poderia deixar de estar neste momento no Plenário, primeiro para votar a favor do projeto; segundo, para lembrar a esta Casa - e tenho certeza de que nosso Presidente está vendo -, com críticas ou sem críticas, que a Bancada do PDT está presente na sua quase totalidade -; só está faltando o Conselheiro.

Já esteve presente, para dar quórum, o Conselheiro Sebastião Helvécio, e já estão no Plenário, para votar favoravelmente ao projeto, os Deputados Carlos Pimenta, Sargento Rodrigues - que, com suas críticas ou não, está aqui para votar - e Tenente Lúcio. O PDT está aqui para votar favoravelmente a esse projeto, o que não poderia deixar de registrar, lembrando que estamos fazendo a nossa parte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/8/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dimas Fabiano

exonerando Carlos Borges Barbosa do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Eduardo Brasileiro Freire para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juarez Távora

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/8/09, que nomeou José Geraldo dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 4 horas;

nomeando Pedro Henrique Goulart Machado para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 4 horas.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável - Asmare. Objeto: doação de papel inservível. Vigência: 1 ano, a partir da sua assinatura.

ERRATA

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.507/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/8/2009, na pág. 46, col. 3, no 4º parágrafo da Fundamentação, onde se lê:

"Lei Federal nº 8.069, de 13/7/99", leia-se:

"Lei Federal nº 8.069, de 13/7/90".